



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 064

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 21 DE JUNHO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PL Mauro Moraes
PPS Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PTB** - 02: Ailton Araújo - Carlos Simões; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 02: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto.

DIÁRIO Nº 064**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão Ordinária	02
Expediente:	
Ofícios.....	03
Requerimentos	05
Projetos de Lei	07
Grande Expediente (Comemoração do Dia do Imigrante Japonês no Paraná):	
Composição da Mesa	12
Proponente:	
Dep. Luiz Nishimori	12
Oradores:	
Sr. Hirotugu Haguida (Cônsul Geral do Japão)	14
Encerramento da Homenagem.....	15
Horário das Lideranças:	
Liderança do PT:	
Dep. Tadeu Veneri	15
Liderança do PSB:	
Dep. José Domingos Scarpellini	16
Liderança do PSDB:	
Dep. Valdir Rossoni	17
Liderança do PDT:	
Dep. Barbosa Neto	18
Liderança do PFL:	
Dep. Plauto Miró Guimarães	18
Liderança do PMDB:	
Dep. Elza Correia	19
Liderança da Oposição:	
Dep. Barbosa Neto	22
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	24
Discussão / Votação	24
2ª Discussão (Votação em)	24
Redação Final.....	45
2ª Discussão	46
Requerimentos	49
Encerramento da Sessão Ordinária.....	49

063ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 063ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
21 DE JUNHO DE 2005**

*(terça-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (44). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Ademar Traiano, Ângelo Vanhoni, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Natálio Stica, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Ratinho Júnior e Renato Gaúcho (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão Ordinária:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Ofícios**

Sob os nºs CTL/CC 075 e 076/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

241/2005: De autoria do Deputado Luiz Nishimori, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Yomei Sasaki, o qual foi convertido em Lei nº 14.742. **Anote-se - Arquite-se.**

543/2003: De autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que proíbe fumar nos recintos e edificações que especifica e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 14.743. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº CTL/CC 077/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 002/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, tendo em vista que, por ensejar renúncia de receita pela ampliação de abrangência de isenção tributária, fere os artigos 133 e seguintes da referida Carta Constitucional e desobedece determinações da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 078/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 024/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, tendo em vista que, ensejando renúncia de receita, desobedece a Lei Complementar Federal 101, de 04/05/2000, sendo portanto inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 079/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 025/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, tendo em vista que, ensejando renúncia de receita, desobedece a Lei Complementar Federal 101, de 04/05/2000, sendo portanto inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 080/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 009/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 081/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 723/2003, de autoria do Deputado Francisco Bühner, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 082/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 477/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça).**

Sob o nº CTL/CC 074/2005, do Sr. Governador do Estado, restituindo o projeto de Lei Complementar nº 404/2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs 240, 241 e 242/2005, do Sr. José Henrique Paim Fernandes - Presidente do FNDE, informando liberação de recursos financeiros ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 196/2005, do Sr. Luís André Muniz - Superintendente de Administração e Finanças, comunicando celebração de convênio firmado entre a Agência Nacional de Águas e a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, objetivando a execução e atividades hidrológicas das bacias 6 e 8, nos Estados do Paraná e de Santa Catarina. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1956

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final aos projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1948

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco das Emendas de Plenário nºs 01, 02, 03, 04 e 05, ao Projeto de Lei nº 232/2005, item 01 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1963

Senhor Presidente:

O Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputado Tadeu Veneri, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento nos artigos 170 e 166 do Regimento Interno, REQUER, após aprovação do douto Plenário, votação em bloco nominal das emendas

apresentadas ao PL nº 189/2005, Lei de Diretrizes Orçamentárias (Emendas 22, 24 e 25).

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 1962

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 81 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a prorrogação da Sessão Plenária do dia 21 de junho do corrente, em duas horas.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1919

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Hugo Marçal, um homem de bem, que deixou um legado de conduta, correção e caráter. Sua herança é um exemplo a ser seguido por todos.

Consternados apresentamos nosso voto de pesar, extensivo a toda a família Marçal.

“O caminho do justo é como a luz da aurora que vai brilhando mais e mais, até ser dia perfeito...”

Provérbios: 4:18.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1918

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Guilhermina M. Luppi Ballalai, exemplo de amor ao próximo, bem querer e alegria contagiante... uma personalidade singular, cuja herança maior deve frutificar em todos que com ela conviveram.

Consternados apresentamos nosso voto de pesar extensivo a toda a família Luppi Ballalai.

“...Os que confiam no Senhor são como o Monte Sião, que não se abala, mas permanece para sempre...”

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1945

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo

falecimento de Aroldo Martan, conhecido radialista que atuou em todas as emissoras de rádio AM de Ponta Grossa, ocorrido em 20 de junho passado.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente Requerimento à família enlutada: Rua Jaboticabeira, 1.236 - Santa Paula, CEP: 84061-430 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1917

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulação à Sociedade Rural do Paraná, pelos 59 anos de sua fundação, em nome de seu Presidente, Edson Neme Ruiz.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1947

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de votos de congratulações à jornalista Alessandra Bocchi pelo prêmio “Jornalismo Solidário” - categoria televisão, concedido pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, com a abordagem Drogas no Ambiente de Trabalho.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de expediente à jornalista, no endereço Rua: Júlio Perneta, 695, CEP: 80.810-110, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 1953

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE a inserção nos Anais da Assembléia de manifestação de júbilo e louvor à cidade de Umuarama, através de seu Prefeito, Sr. Luiz Renato Ribeiro de Azevedo, por ocasião das comemorações aos 50 anos de fundação daquela progressista cidade.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Última fronteira agrícola do Paraná, o Oeste e o Noroeste viram surgir cidades sobre a mata derrubada. Cruzeiro do Oeste e Umuarama, entre elas. Hoje, nem uma geração ainda é passada, cumprem-se os 50 anos, e a cidade de Umuarama é sede universitária - com a UEM e a UNIPAR, pólo moveleiro, pólo do couro e pólo médico regional. Centro de avançada pecuária, a cidade de Umuarama orgulha o Paraná pela força de sua gente, e pela qualidade dos serviços ali ofertados.

As festas de jubileu de ouro dar-se-ão de 23 a 26 de junho. Contemplam a grande alegria de vermos nosso território ocupado com espaço de grandes oportunidades para os brasileiros.

O Prefeito Ribeiro de Azevedo, os Vereadores de Umuamara e a população da “cidade com vocação para brilhar”, “cidade ativa e de gente feliz” - como dizem os slogans locais - merecem os parabéns de todo o Paraná, e de todos os que amamos o Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1943

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para REQUERER voto de aplauso ao 13º Batalhão de Infantaria Blindada pelo aniversário de 82 anos de existência.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 1940

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para REQUERER moção de apoio ao Sr. Marcus Vinicius Sebastião, Delegado de Polícia da 13ª SDP de Ponta Grossa, pelo brilhante trabalho que vem realizando nas investigações referentes à Universidade de Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 1937

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa ao Sr. Ernildo Weingärtner, pelos relevantes serviços prestados na área social à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1939

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa a Fundação Luterana de Assistência Social (FLAS - Ancionato Lar Ebenezer), pelos relevantes serviços prestados na área social paranaense.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1920

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Dr. Wander Eduardo Sardinha.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dada ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1942

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Exmo. Sr. Roberto Rodrigues, Ministro de Estado da Agricultura bem como aos Presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, solicitando dos mesmos providências no sentido de atender os produtores rurais dos Municípios da Microrregião Doze, no Estado do Paraná:

- prorrogação de dívidas de custeio e investimento agrícola, nas linhas de crédito do PRONAF, PROGER, MCR 6.2 e 6.4 e BNDES/FINAME, junto aos agentes financeiros, pelo procedimento simplificado e com o mesmo tratamento dispensado às regiões com Decreto de Estado de Emergência pelo Governo Federal;

- prorrogação de dívidas de investimento e custeio agrícola junto às Cooperativas do Estado do Paraná, bem como as demais empresas fornecedoras de insumo, máquinas e implementos, por um prazo de três anos, com um de carência e juros acessíveis de 8,75% ao ano;

- assegurar a continuidade de oferta de crédito rural “custeio e investimento” junto aos agentes financeiros, especialmente Banco do Brasil, de modo a viabilizar a implantação da próxima safra;

- retroatividade de todas as decisões relativas às prorrogações à data de 02 de maio de 2005 visando resguardar produtores que foram obrigados a quitar ou renegociar débitos nesse período, bem como manter cálculos para situação de normalidade, até que o impasse seja resolvido;

- disponibilização de recursos de EGF com taxas de 8,75% ao ano, proporcionando a venda da produção em época mais oportuna;

- revisão dos preços mínimos estabelecidos pelo Governo Federal, considerando os custos de produção realmente praticados.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1951

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. Presidente

da República, Luiz Inácio Lula da Silva: ao Exmo. Sr. Roberto Rodrigues, Ministro de Estado da Agricultura bem como aos Presidentes do Senado, Renan Cavalheiros, e da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, encaminhando aos mesmos o manifesto CREA-PR em favor das ferrovias brasileiras.

O manifesto anexo foi aprovado pelo Plenário do CREA-PR - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, na Sessão Ordinária 836, de 07 de junho de 2005, em favor das ferrovias em todo o Brasil.

Segundo o referido órgão de classe “o objetivo é trabalhar pela retirada ou rejeição no Congresso Nacional da Medida Provisória 246/2005, que não representa soluções para a ampliação do volume do modal ferroviário na matriz de transportes brasileiros. A medida está na pauta e prevê, dentre outros pontos, a extinção da RFFSA”.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) CIDA BORGHETI

REQUERIMENTO Nº 1955

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia, seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, para que determine ao Secretário da Educação, via FUNDEPAR, priorizar a construção de cobertura nas quadras de esportes da Escola Estadual Professor Luiz Petrini, em Jundiá do Sul, e da Escola Estadual João Marques da Silveira, em Quatiguá.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

As duas pequenas cidades ganharão espaço coberto voltado à recreação, os esportes, e à cidadania, já que quadras cobertas servem de pavilhões de eventos imprescindíveis em dia de intempérie.

O pleito é dos Prefeitos municipais locais e deste Deputado do PMDB.

REQUERIMENTO Nº 1949

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando que nas próximas operações da força-tarefa, realizadas pela Polícia Militar, seja mantido o sigilo sobre o destino da operação e também que não haja manifestação ruidosa da mesma para não alardear a presença da operação em determinada localidade.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1950

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. Cláudio Murilo Xavier, solicitando providências sobre notícia veiculada pela imprensa, que torna pública a morte de 25 pessoas, somente este ano, pela falta de vagas na UTI (Unidade de Terapia Intensiva) em Londrina e região.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1952

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente, em caráter de urgência, ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando que seja determinada a postergação dos vencimentos das contas de água e luz, bem como do ICMS, para os moradores e estabelecimentos comerciais dos Municípios de Santo Antonio do Sudoeste, Pinhal de São Bento, Pranchita e Bom Jesus do Sul, que foram fortemente atingidos por temporais com chuvas de granizo, entre os dias 16 a 19 do presente mês, com conseqüências gravíssimas para a economia local.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 1959

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, Padre Roque Zimmermann, solicitando apoio à entidade que realiza obra assistencial, conforme segue documento.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1960

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, encaminhando cópia de depoimentos das testemunhas, lavrados em cartório, relativos ao caso da operação policial que resultou na morte do jovem Raphael Bezerra da Silva.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1961

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, Exmo. Sr. Cel. David

Antonio Pancotti, encaminhando cópia de depoimentos das testemunhas, lavrados em cartório, relativos ao caso da operação policial que resultou na morte do jovem Raphael Bezerra da Silva.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1954

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, REQUER que a egrégia Assembléia do Paraná manifeste a S. Exa. o Sr. Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, sua aprovação e integral apoio à necessária instalação de uma Delegacia de Polícia Federal na cidade de Umuarama, no Paraná.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A progressista cidade de Umuarama, cidade-pólo regional, sede da Associação de Municípios da região do Entre Rios, que congrega 32 municípios, situada no Noroeste do Paraná, servida pela rodovia estadual PR-323, e rodovia federal BR-272, com ligações para o Paraguai - via ponte de Guaíra e Mato Grosso do Sul. Tem crescido o problema do tráfico de drogas e do contrabando nesta próspera cidade de dez mil estudantes universitários - sede da UNIPAR e da UEM - e mais de cem mil habitantes.

Pólo universitário, moveleiro, pecuarista, Umuarama já tem delegacia da Receita Federal, I e II Varas Federais, Defensoria Pública da União, Procuradoria Geral da União, e a Procuradoria da Fazenda Nacional.

A Delegacia da Polícia Federal é vista pelo Prefeito Luiz Renato Ribeiro de Azevedo e pela população como um serviço urgente e imprescindível.

REQUERIMENTO Nº 1938

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado Especial da Corregedoria e Ouvidoria Geral, Dr. Luiz Carlos Delazari, a complementação e resposta às informações solicitadas em requerimento anterior desta Bancada, conforme reitera:

1. qual a autoridade responsável pela determinação e autorização da gravação da conversa transcrita na página 03 do Diário Oficial do Estado de 23/05/2005, referente ao processo 2077324/05 da Corregedoria e Ouvidoria Geral do Estado?

2. Por ocasião do contato telefônico o interlocutor foi informado de que sua conversa estava sendo gravada? Em caso positivo, houve consentimento?

3. Por que a interceptação da conversa telefônica não foi objeto de autos apartados conforme determina legislação específica?

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) BANCADA DA OPOSIÇÃO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 400/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Projeto Instituto Katana de Preservação à Natureza, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Projeto Instituto Katana de Preservação à Natureza, com sede no Município de Foz do Iguaçu, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tem por finalidade educar jovens para as artes marciais e esportes, estimular o espírito de solidariedade e associativismo entre os membros, representar e manter relações recíprocas com autoridades, manter e incrementar diretamente ou através de convênios com o Poder Público, bem como educar para a preservação da natureza, objetivando o desenvolvimento social.

A documentação anexa ao presente demonstra que a instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, e demais dispositivos aplicados à matéria, merecendo o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 401/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam obrigadas as concessionárias, que exploram os pedágios no Estado do Paraná, a franquearem as passagens de todos os veículos em dias de eleições.

Parágrafo Único. O livre acesso será aplicado nas eleições municipais (Vereadores e Prefeitos); estaduais (Deputados Estaduais e Governadores); e federais (Deputados Federais, Senadores e Presidente da República).

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

É inconcebível a obrigatoriedade de pagamento de pedágios em dias de eleições aos cidadãos que saem de casa para cumprir os seus direitos cívicos, garantidos pela Carta Magna deste País em seu capítulo IV.

Há de se convir que tais procedimentos, aplicados pelas concessionárias exploradoras de pedágios, transgri-

dem os direitos constitucionais de ir e vir de todos os cidadãos.

Ademais, sabemos que os eleitores de nosso Estado encontram-se exauridos e cansados e tantas taxas e de tantos pedágios, até para exercerem o seu direito de voto.

Esta proposição, cuja compreensão é transparente em sua justificativa, está amparada no artigo 5º da Portaria MT nº 368/1996, de 11/09/1996, onde prevê a possibilidade de aplicação da legislação do Município, do Estado ou do Distrito Federal, isolada ou em conjunto.

PROJETO DE LEI Nº 402/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam alterados o inciso I e os parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 1º, da Lei nº 13.032, de 29 de dezembro de 2000, alterada pela Lei nº 13.399, de 26 de dezembro de 2001, que criou o Fundo Estadual de Conservação Rodoviária, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

“I - a conservação e operação das rodovias integrantes do Sistema Rodoviário Estadual;

§ 1º Para os efeitos desta lei entende-se por conservação rodoviária o conjunto de atividades destinadas a preservar tanto em curto, como em médio ou longo prazos, a condição física das rodovias, de modo que se preveja sua degradação e propicie-se assim um serviço adequado e permanente de conservação. Tais atividades compreendem os estudos, pesquisas, sistemas de gerência e planejamento da conservação; a limpeza, reparação e substituição dos sistemas de drenagem; os controles da vegetação; a recuperação ambiental; a reparação dos taludes laterais; o nivelamento de superfícies; a reparação de pavimentos, incluída a reparação seletiva das camadas de materiais subjacentes; o reforço do pavimento mediante capas adicionais; a recomposição de revestimento primário em rodovias não pavimentadas; a reparação e substituição de dispositivos de segurança e sinalização e, em geral, tudo o que se fizer necessário para a manutenção das condições da via e o reforço da sua estrutura, incluindo pontes, viadutos e pontos críticos.

A conservação rodoviária não compreende a reconstrução das rodovias e nem as modificações ou melhoramentos substanciais de padrão, entendendo-se por estes a pavimentação de rodovias implantadas e duplicações.

§ 2º O FUNCOR será vinculado, para efeitos administrativos, ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, que lhe prestará suporte técnico e material.

§ 3º Para os efeitos desta lei, entende-se por operação rodoviária o conjunto de atividades destinadas a melhorar as condições de trânsito e de segurança operacional aos usuários através de implantação de sistemas de

pesagem de veículos; controladores de velocidade e dispositivos de segurança”.

Art. 2º Fica alterado o artigo 3º e seus parágrafos, da Lei nº 13.032, de 29 de dezembro de 2000, alterada pela Lei nº 13.399, de 26 de dezembro de 2001, que criou o Fundo Estadual de Conservação Rodoviária, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O Departamento de Estradas de Rodagem - DER, será o órgão executor do FUNCOR, competindo-lhe:

§ 1º Administrar os recursos do FUNCOR, de acordo com as diretrizes e o orçamento estabelecidos pelo Conselho de Administração.

§ 2º Disponibilizar os recursos humanos e materiais necessários a seu suporte operacional, e constituir a estrutura necessária à administração, controle e gestão dos recursos do FUNCOR.”

Art. 3º Fica alterado o inciso I do artigo 4º, da Lei nº 13.032, de 29 de dezembro de 2000, alterada pela Lei nº 13.399, de 26 de dezembro de 2001, que criou o Fundo Estadual de Conservação Rodoviária, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

I - o repasse de recursos federais decorrente da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (CIDE), conforme Lei Federal nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, Lei nº 10.636/2002, e Lei Federal nº 10.866 de 04 de maio de 2004;”

Art. 4º Ficam alterados os incisos I, II, VI e VII do artigo 5º, da Lei nº 13.032, de 29 de dezembro de 2000, alterada pela Lei nº 13.399, de 26 de dezembro de 2001, que criou o Fundo Estadual de Conservação Rodoviária, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º ...

I - aprovar a política de conservação e operação rodoviária a ser desenvolvida anualmente, observando, estritamente o que dispõe a lei;

II - monitorar, periodicamente, os resultados da política de conservação e operação rodoviária através de parâmetros técnicos:

VI - analisar e oferecer parecer à prestação de contas do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, referente ao exercício vencido, antes de encaminhá-la ao Tribunal de Contas do Estado, na forma da legislação vigente;

VII - aprovar o Regimento Interno;”

Art. 5º Fica alterado o parágrafo único do artigo 7º, da Lei nº 13.032, de 29 de dezembro de 2000, alterada pela Lei nº 13.399, de 26 de dezembro de 2001, que criou o Fundo Estadual de Conservação Rodoviária, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º ...

Parágrafo Único. Qualquer movimentação financeira em nome da instituição somente poderá ser feita com a assinatura do Diretor Geral do DER/PR e do Diretor Administrativo e Financeiro do DER/PR.”

Art. 6º Fica alterado o *caput* do artigo 13, da lei nº 13.032, de 29 de dezembro de 2000, alterada pela Lei nº 13.399, de 26 de dezembro de 2001, que criou o Fundo Estadual de Conservação Rodoviária, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. Os Secretários de Estado dos Transportes; da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral devem tomar de imediato as medidas cabíveis para, dentro de suas respectivas áreas de atuação e competência, dar implemento às disposições da presente lei, podendo expedir atos normativos conjuntos.”

Art. 7º Fica alterado o *caput* do artigo 14 e o seu parágrafo único, da Lei nº 13.032, de 29 de dezembro de 2000, alterada pela Lei nº 13.399, de 26 de dezembro de 2001, que criou o Fundo Estadual de Conservação Rodoviária, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. Caberá ao Presidente do FUNCOR convocar os integrantes do Conselho de Administração com vistas à instalação do FUNCOR e o início de suas atividades.

Parágrafo Único. O DER/PR elaborará proposta de Regimento Interno da instituição, que deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração.”

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei propõe a alteração da Lei Estadual nº 13.032/2000, que institui o Fundo de Conservação Rodoviária do Estado do Paraná, regulamentada pelo Decreto nº 3482/2001.

Desde sua criação até 2004, o FUNCOR permaneceu inoperante e sem destinação de recursos, eis que sua fonte de receita principal, a “arrecadação decorrente da aplicação da retenção de valores sobre a comercialização de combustíveis do Estado” foi considerada inconstitucional pela SEFA (Informação nº 193/2003) e pela PGE (Parecer nº 509/2003) por preverem a vinculação de receita de imposto, em ofensa ao artigo 167 da Constituição Federal e artigo 135 da Constituição Estadual.

Com a reforma Tributária consolidada através da Emenda Constitucional nº 42/2003, apresentou-se a possibilidade de substituir a anterior fonte de receita julgada inconstitucional pela Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE. A EC nº 42/2003 determinou que a arrecadação da CIDE será, obrigatoriamente, partilhada pela União com os Estados e Distrito Federal. E, mais importante, a CIDE poderá ser vinculada a

fundo, eis que se enquadra na exceção do artigo 159, previsto pelo artigo 167 da Constituição Federal.

Conforme a Lei Federal nº 10.336/2001, com as alterações da Lei 10.866/2004 que acrescentou o artigo 1º-A, o percentual da CIDE entregue aos Estados será destinado ao financiamento de programas de infra-estrutura de transportes. A Lei nº 10.636/2002 elenca os objetivos de referidos programas:

“Art. 6º A aplicação dos recursos da CIDE nos programas de infra-estrutura de transportes terá como objetivos essenciais a redução do consumo de combustíveis automotivos, o atendimento mais econômico da demanda de transporte de pessoas e bens, a segurança e o conforto dos usuários, a diminuição do tempo de deslocamento dos usuários do transporte público coletivo, a melhoria da qualidade de vida da população, a redução das desequilíbrios dos centros urbanos e a menor participação dos fretes e dos custos portuários e de outros terminais na composição final dos preços dos produtos de consumo interno e de exportação.”

Verifica-se, portanto, a adequação entre as finalidades do FUNCOR e a destinação da CIDE, razão pela qual essa contribuição deverá ser destinada ao Fundo.

Destaque-se que em julho de 2004 foi editada a Emenda Constitucional nº 44/2004, aumentando o percentual devido aos Estados de 25% (vinte e cinco por cento) para 29% (vinte e nove por cento).

Na presente proposta de alteração da lei Estadual nº 13.032/2000 foram sugeridas pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, órgão gestor do FUNCOR, alterações pontuais com objetivo de simplificar e otimizar as aplicação dos recursos. Foi aprimorada a redação de termos técnicos referentes ao setor rodoviário, bem como centralizou-se a gestão dos recursos naquela autarquia.

A incorporação da CIDE nas receitas do FUNCOR representará importante fonte de receita para a recuperação das rodovias do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 403/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar as seguintes estradas do Município de Rio Negro:

a) a estrada que tem o seu início na divisa do Município de Piên, localidade de Lageado dos Vieira-Rio Negro, até a divisa do Município de Lapa, localidade de Barra Grande-Rio Negro, numa extensão de 51 km (cinquenta e um quilômetros);

b) a estrada que tem o seu início na divisa dos Municípios de Piên, localidade de Lageado dos Vieira-Rio Negro, até a divisa do Município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, numa extensão de 11,5 km (onze quilômetros e quinhentos metros).

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, autorizando o Poder Executivo a estadualizar duas estradas municipais no Município de Rio Negro, atendendo solicitação do Exmo. Sr. Alceu Ricardo Swarowski, Prefeito Municipal de Rio Negro.

Tal proposição justifica-se pelo fato de que as referidas vias transpõem o Município de Rio Negro, interligando outros Municípios e estabelecendo elo de escoamento da produção de toda a região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 404/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o doador de sangue dispensado do pagamento de taxa de inscrição em concursos para o preenchimento de cargos públicos no Estado do Paraná.

Parágrafo Único. Fica considerado “doador de sangue”, para os efeitos desta lei, as pessoas que houverem realizado doação de sangue em hospitais da rede pública de saúde nos últimos trinta dias, comprovada mediante atestado fornecido pela instituição coletora.

Art. 2º Os órgãos estaduais que irão realizar concurso deverão explicitar em seus editais o benefício da isenção e as regras para sua obtenção.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias própria, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Apesar dos muitos avanços da ciência na área médica, ainda não foi encontrado um substitutivo para o sangue humano. Por isso, sempre que uma pessoa precisa de transfusão de sangue para sobreviver, ela só pode contar com a doação de outras pessoas. Segundo dados da Fundação Pró-sangue no Brasil, infelizmente, ao contrário dos países desenvolvidos, menos de 2% da população brasileira doa sangue. Nos países desenvolvidos, 7 a 8% da população doa sangue voluntariamente e habitualmente.

Os bancos de sangue em nosso País encontram problemas constantes de abastecimento, e a cada feriado prolongado, férias, épocas de baixa temperatura ou

mesmo em situação de aumento na demanda por hemoderivados, os estoques de sangue se reduzem a níveis dramáticos.

Deste modo, a necessidade de estimular as doações de sangue em nosso País é permanente, para que não se corra o risco de enfrentar uma falta crítica de bolsas de sangue em estoque.

Esta proposição vem oferecer, então, como estímulo à doação de sangue, a isenção do pagamento de taxa de inscrição em concurso para o preenchimento de cargos públicos.

Uma vez que existe um grande contingente de pessoas desempregadas em nosso país, a isenção proposta atua duplamente, estimulando uma grande quantidade de pessoas a realizar a doação de sangue, ao mesmo tempo em que oferece, especialmente às pessoas que se encontram empobrecidas devido a uma longa procura por emprego, a chance, muitas vezes negada por falta de recursos financeiros, de concorrerem a uma vaga no serviço público.

Leis com o mesmo teor desta proposta já vigoram nos Estados de Santa Catarina (10567/1997) e Rio Grande do Norte (5869/1989).

Tendo em vista os muitos benefícios apresentados por este projeto, solicitamos aos nobres Pares apoio à presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº S/Nº

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A tarifa de esgoto a ser cobrada pela Companhia de Saneamento do Estado do Paraná - SANEPAR -, não ultrapassará 40% (quarenta por cento) do valor da tarifa de água.

Art. 2º A empresa concessionária do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário especificará nas contas emitidas:

I - o valor da tarifa do consumo de água;

II - o valor da tarifa de esgotamento sanitário.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

De acordo com o inciso XXXII do artigo 5º e o inciso V do artigo 170 da Constituição Federal, o consumidor é sujeito de direito, digno de tutela especial. Cabe a nós, legisladores, criar mecanismos para garantir ao consumidor essa tutela.

O estabelecimento de um percentual para a tarifa a ser cobrada pelo serviço de esgotamento sanitário, que

não pode, segundo o que determina este projeto, ultrapassar 40% do valor da tarifa do consumo de água, garante ao consumidor a proteção contra qualquer abuso na cobrança por esse serviço.

Atualmente cobram-se 85%. Na atual conjuntura, é pertinente estabelecer um percentual menor, de forma a possibilitar que o consumidor pague o preço justo pelo serviço que recebe e, com isso acabar com o abuso, tantas vezes verificado nas relações de consumo.

É, pois, este o caminho correto para atingirmos nosso objetivo, razão pela qual contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº S/Nº
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Odontologia, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

Parágrafo Único. Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela UNIOESTE - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da UNIOESTE - Campus de Foz, realizou um seminário "UNIOESTE Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistadores, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Eco-

nomia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela UNIOESTE/Foz, o de Administração aparece com o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguido em preferência pelos cursos de Ciências da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo Governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresento esta proposição relativa ao curso de Odontologia que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 56,51% de preferência dos consultados.

O projeto de lei em tela já foi apresentado na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos demais Pares para aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº S/Nº
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Farmácia, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual de Oeste do Paraná - UNIOESTE.

Parágrafo Único. Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opi-

ção pública promovida pela UNIOESTE - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da UNIOESTE - Campus de Foz, realizou um seminário "UNIOESTE Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistadores, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela UNIOESTE/Foz, o de Administração aparece com o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguido em preferência pelos cursos de Ciências da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo Governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelo quais apresento esta proposição relativa ao curso de Odontologia que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 44,29% de preferência dos consultados.

O projeto de lei em tela já foi apresentado na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos demais Pares para aprovação do presente projeto.

Grande Expediente:

Comemoração do Dia do Imigrante Japonês no Paraná

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Por proposição do Exmo. Sr. Deputado Luiz Nishimori, o Grande Expediente desta Sessão será destinado à comemoração do Dia do Imigrante Japonês no Paraná.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a composição da Mesa.

Composição da Mesa

Exmo. Sr. Deputado Federal Hidekazu Takayama, representando a Câmara Federal; Exmo. Sr. Deputado Luiz Nishimori, proponente da presente homenagem; Exmo. Sr. Juiz Fernando Eizo Ono, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho; Exmo. Sr. Rui Hara, Secretário Extraordinário de Assuntos Metropolitanos, representando o Exmo. Sr. Beto Richa Prefeito Municipal de Curitiba; Exmo. Sr. Hirotugu Haguida, Cônsul Geral do Japão; Exmo. Sr. Antonio Ueno, Presidente da Câmara do Comércio e Indústria Brasil-Japão do Paraná; Exma. Sra. Deputada Cida Borghetti, 1ª Secretária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Geraldo Cartário, 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná."

Convido a todos a ouvirem o Hino do Japão e o Hino Nacional Brasileiro, a serem executados pela Banda de Música da Polícia Militar.

(Execução dos Hinos)

Esta Presidência tem a honra de conceder a palavra ao Exmo. Sr. Deputado Luiz Nishimori para prestar homenagem ao Dia do Imigrante Japonês no Paraná em nome do Poder Legislativo.

Proponente:

Deputado Luiz Nishimori

O SR. LUIZ NISHIMORI

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Hermas Eurides Brandão; Consulado do Japão do Paraná, Cônsul Hirotugu Haguida; Deputado Federal Hidekazu Takayama, neste Ato representando a Câmara Federal; Dr. Fernando Ono, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho; Dr. Rui Hara, Vereador de Curitiba, neste Ato representando o Prefeito Beto Richa.

Nosso eterno Deputado Federal, Antônio Ueno, Presidente da Câmara Brasil-Japão, do Paraná; 1ª Secretária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputada Cida Borghetti; 2º Secretário da Assembléia

Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Geraldo Cartário; Srs. Prefeitos, Vereadores, Secretário Municipal aqui presente.

Srs. Presidente e Diretores das Associações Nipo-brasileira do Paraná e mais autoridades aqui presentes, amigos, companheiros, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs.

(Lê):

“É com muita alegria e satisfação que a comunidade japonesa encontra-se reunida nesta Assembléia Legislativa hoje, para comemorar os 97 anos da Imigração Japonesa no Brasil.

No dia 18 de junho de 1908, ancorava no Porto de Santos, o navio japonês Kasato Maru, trazendo para o Brasil 781 imigrantes a bordo.

É com muito orgulho que a nossa única remanescente do navio Kasato Maru, a Sra. Tomi Nakogawa, reside hoje em Londrina com muita lucidez e saúde.

A partir desta data deu-se início à história da Imigração Japonesa no Brasil que, com todas as diversas etnias que chegaram ao Brasil, a esta terra abençoada, os nossos imigrantes foram também acolhidos com braços abertos por esta terra gigante pela própria natureza.

E estes pioneiros se mostram valentes desbravados, cultivando a terra e nela plantando e fazendo gordas colheitas, valorizando em muito as terras nobres do Norte do Paraná com a sua técnica de trabalho com a lavoura.

Como toda história de um povo, a história de nossos imigrantes é escrita e registrada de muitos sonhos, de muito trabalho, de muita luta e muita vontade de vencer, misturados de alegrias, tristezas e conquistas.

Mas, bravamente como todos imigrantes e de todos pioneiros dedicaram num trabalho de fé e coragem vencendo juntos a mata pujante e todas as dificuldades, conquistando o ideal e contribuindo para o progresso do nosso Brasil.

E lembrando destes corajosos pioneiros imigrantes é que instituímos o Dia do Imigrante Japonês, o dia da comunidade nipo-brasileira do Paraná, a qual estende este nosso reconhecimento e carinho a todos os imigrantes de todas as etnias que aqui chegaram com coragem e determinação neste Estado e que ajudaram a construir a história do nosso Paraná, pedaço do chão verde do nosso Brasil.

Os japoneses trouxeram para o Brasil, não só a marca do trabalho, mas também a sua cultura, a sua arte, que fazem questão de respeitar, divulgar, transmitir aos seus descendentes, de pai para filho, enriquecendo em muito a já rica cultura brasileira.

A beleza de suas festas e a exibição do seu folclore, não só tem encantado os brasileiros, como já possui milhares de adeptos que se unem a esses grupos, participando efetivamente da integração Brasil/Japão, como os curitibanos presenciam nos festivais na Praça do Japão.

Nesses 97 anos de Imigração Japonesa, os brasileiros puderam aquilatar o alto espírito empreendedor dos

japoneses que deram tudo de si para ajudar a construir uma verdadeira nação nipo-brasileira, participando na agricultura, no comércio, na indústria, ajudando a construir a potência deste Estado do Paraná.

Em 2008, nossa comunidade nipo-brasileira estará comemorando 100 anos da imigração japonesa.

Hoje, são milhares de japoneses, já casados com brasileiros, formando uma nação forte, comungando com os mesmo ideais deste País, torcendo e vibrando com o nosso futebol penta campeão, tomando o mesmo sol das nossas encantadas praias, tomando o nosso chopinho e vivendo no clima tropical que envolve este nosso País.

A propósito, a seleção japonesa de futebol, foi o primeiro país a se classificar para a Copa do Mundo da Alemanha, tendo como técnico o brasileiro Zico, ídolo, não só do futebol brasileiro como também dos japoneses.

Se hoje, os japoneses que vivem neste País somam aproximadamente um milhão e meio, os dekassegus que estão morando e trabalhando no Japão, já somam aproximadamente 270 mil, o que demonstra a grande afinidade entre as duas nações.

E esse intercâmbio, Sr. Presidente, não é uma mera especulação de mercado de trabalho, mas atualmente, exerce um grande reflexo na economia brasileira, pois esses mesmos dekassegus remetem anualmente cerca de R\$ 2 bilhões e 200 mil dólares, que aqui são aplicados, tornando-se uma fonte de renda maior do que a exportação do café brasileiro, que já foi o recordista de exportação do nosso País, conforme reportagem publicada pela Revista Época e pelo jornal de TV Globo Repórter.

Desta forma, o relacionamento entre essas duas nações que se iniciou há 97 anos com a imigração japonesa, hoje se fortalece, a cada dia, fazendo dessas duas grandes potências, uma só grande fonte de amizade e intercâmbio cultural, artístico e sócio-econômico.

E este Parlamentar está orgulhoso, não só de ser o representante dessa laboriosa comunidade japonesa neste Parlamento, mas também de ser o autor da lei que criou o Dia do Imigrante Japonês, que comemoramos em todos os dias 18 do mês de junho.

Estamos comemorando hoje, oficialmente pela primeira vez o Dia do Imigrante Japonês, instituído através da Lei nº 14.434 de nossa autoria e sancionada pelo Governador Roberto Requião, no dia 23 de julho de 2004.

Agradeço a todos os presentes que juntamente compartilharam deste dia muito especial. Agradeço aos meus nobres companheiros da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná que aprovaram a nossa proposição e que participam deste dia de hoje. Agradeço também ao nosso Presidente da Assembléia, Hermas Brandão, e mais autoridades aqui presentes. Agradeço à Sociedade Beneficente Nipo-Brasileira de Curitiba, Consulado do Japão no Paraná, Câmara de Comércio Indústria Brasil-Japão, Aliança Cultural Brasil-Japão do Paraná, Liga Desportiva Cultural Paranaense e todas as associações nipo-brasileiras do Paraná, amigos e companheiros que

participaram, incentivaram e principalmente contribuíram e colaboraram para o sucesso deste evento.

Portanto, com muita gratidão e reconhecimento, finalizo essas palavras em comemoração do Dia do Imigrante Japonês e da Comunidade Nipo-Brasileira do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tenho a honra de conceder a palavra ao Exmo. Sr. Cônsul do Japão, Hirotsugu Haguida.

Oradores:

Sr. Hirotsugu Haguida (Cônsul Geral do Japão)

Exmo. Sr. Deputado Hermas Eurides Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Deputado Federal Hidezaku Takayama, representando a Câmara Federal; Deputado Luiz Nishimori, proponente da presente homenagem; Dr. Fernando Eizo Ono, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho; Dr. Rui Hara, Secretário Extraordinária de Assuntos Metropolitanos, representando o Exmo. Sr. Beto Richa, Prefeito Municipal de Curitiba; Exmo. Sr. Antônio Ueno, Presidente da Câmara do Comércio e Indústria Brasil-Japão, do Paraná; Exma. Sra. Deputada Cida Borghetti, 1ª Secretária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Geraldo Cartário, 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Srs. Deputados, Sras. e Srs.

(Lê):

“Sinto-me honrado em participar desta solenidade em comemoração ao dia da Imigração Japonesa e poder dirigir algumas palavras aos senhores aqui presentes.

Como é de conhecimento dos senhores, a imigração japonesa iniciou em 18 de junho de 1908, quando o navio Kassato-Maru, trazendo 781 imigrantes, aportou no porto de Santos após dois meses de travessia.

Desde então, nesses 97 anos, os imigrantes japoneses, com sua honestidade, diligência, e esforço - que são suas virtudes - vieram contribuindo para o desenvolvimento do Brasil.

Relembrando a história dos imigrantes japoneses no Paraná, em 1914 e 1915, poucos anos após a chegada do navio Kasato-Maru, deu-se início às primeiras atividades agrícolas da colônia japonesa na cidade de Cambará, norte do Paraná e em cacato, região costeira do leste e desta forma, na década de trinta, iniciou a verdadeira colonização nas cidades do norte do Paraná como Londrina, Assaí e Rolândia, participando de forma ativa, na modernização da agricultura que é a indústria de base do Paraná. E os descendentes nikkeis que herdaram este espírito inovador dos primeiros imigrantes começaram a participar mais ativamente não somente na área da agricultura, mas também nos campos do governo, do judiciário,

da medicina, Da educação e muitos outros, contribuindo com seus esforços para o desenvolvimento do Paraná de hoje.

Tomei conhecimento de que a Assembléia Legislativa do Paraná, em homenagem à chegada do navio Kasato-Maru em Santos, decretou o dia 18 de junho como o “Dia do Imigrante Japonês no Paraná” e gostaria de expressar o meu respeito à iniciativa do Presidente desta Assembléia e dos demais envolvidos na realização do reconhecimento dos passos dos imigrantes nikkeis. Sinto-me muito orgulhoso em poder certificar mais uma vez, o reconhecimento do grande mérito do papel dos imigrantes japoneses pela Assembléia.

No final do mês passado, o Presidente Lula realizou com sucesso a sua visita ao Japão e no dia 27 (vinte e sete) de maio, o Presidente expressou-se na palavra de abertura do seminário de investimento em Tóquio, organizado pelo Governo do Brasil, sobre a história dos imigrantes japoneses como segue:

“Fiquei bastante comovido ao assistir ao filme “Gaijin II”, da cineasta Tizuka Yamazaki. Gostaria de expressar mais uma vez o meu profundo respeito à coragem e os esforços posteriores dos pioneiros que enfrentaram a travessia de vários meses. Graças ao esforço dos imigrantes japoneses, há um laço profundo entre Japão e Brasil, maior do que o amor fraternal. Os primeiros imigrantes se dedicaram principalmente à agricultura, porém hoje os descendentes têm se entrosado totalmente na sociedade brasileira, atuando nos vários campos, como da medicina, da ciência, da justiça, do Governo, da arte e muitos outros.”

Ao mesmo tempo em que me comove ouvir estes elogios do dirigente supremo do Brasil, referindo-se aos imigrantes japoneses, gostaria de expressar o meu profundo agradecimento ao Governo do Brasil, do Paraná e a todo povo paranaense que acolheram de forma calorosa esses imigrantes japoneses, oferecendo-lhes oportunidades de atuação.

Hoje, o número de imigrantes japoneses no Brasil chega a 1.400, sendo que só no Estado do Paraná esse número chega a 150.000 e apesar da imigração japonesa ter iniciado mais tarde em comparação a outros países, acredito que os nossos imigrantes japoneses têm conseguido feitos notáveis tanto quanto os outros imigrantes.

Daqui a três anos, em 2008, iremos comemorar o centenário do aniversário da imigração japonesa.

Gostaria De finalizar minhas palavras, certo de que nos próximos cem anos vindouros também, os nikkeis irão contribuir para o desenvolvimento e a prosperidade da sociedade brasileira como bons cidadãos deste Município e deste Estado, sempre elevando a reputação conseguida pelos pioneiros perante a sociedade brasileira e paranaense.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Coral fará mais uma apresentação.

(Aplausos)

Encerramento da Homenagem

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta presidência deseja expressar o seu mais profundo agradecimento às mais altas autoridades civis, militares, membros do Corpo Consular, da Banda de Música da Polícia Militar, do Coral da Igreja Seicho-No-Ie, do grupo Konko Kyo, bem como dos demais presentes que aqui compareceram honrando e dignificando o Poder Legislativo.

Convido a todos a ouvirem o Hino do Paraná a ser executado pela Banda de Música da Polícia Militar, logo o que estará encerrada a presente solenidade em comemoração ao Dia do Imigrante Japonês no Paraná.

E dentro destas comemorações nesta Casa de Leis, teremos agora no plenarinho a assinatura do convênio entre o grupo ABN-Sudameris e Banco Real com a comunidade nipo-brasileira.

Convido então a todos, após o encerramento, se dirigirem ao Plenarinho.

Banda da Polícia Militar executa Hino ao Paraná.

(Aplausos)

Apresentação dos “Tambores”.

(Aplausos)

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Finda a leitura do Expediente.

Horário das Lideranças: PT. Concedo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Uso o Horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores, porque ontem foi colocada uma situação aqui pelo Deputado Rossoni - que eu respeito - a respeito do Partido dos Trabalhadores. E obviamente que eu não precisaria responder ao Deputado, absolutamente, mas lembrar algumas das situações que ocorreram recentemente e que nos últimos anos, que me parece que estão sendo esquecidas neste momento.

O que eu gostaria, Deputado Marcos Isfer, neste momento em que vem a quantidade enorme de denúncias todos os dias, normalmente feitas, inclusive, pelo mesmo Deputado Federal, Roberto Jefferson, ex-Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, gostaria apenas de lembrar e vejo que há uma série de manifestações de diversos partidos, o que é natural, legítimo, mas apenas para lembrar-

mos o que aconteceu recentemente com alguns dos atores que hoje fazem essas denúncias.

Por exemplo, o Sr. Antonio Carlos Magalhães que tem, reiteradas vezes, falado a respeito do escândalo que toma conta da vida nacional - o Sr. Antonio Carlos Magalhães que apoiou a ditadura militar de 64 a 85, foi nomeado pelo regime militar Prefeito de Salvador em 1967, foi duas vezes Governador da Bahia de 71 a 79, também nomeado, foi designado por Geisel Presidente da ELETROBRAS, e o mesmo foi membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional, e entre as suas mais recentes peças da biografia constam destaque da acusação de grampear desafetos políticos no seu Estado natal, Bahia, em 2003, a violação do painel do Senado, inclusive motivo pelo qual afastou-se, renunciando ao seu mandato, para não ser cassado, quando ocorreu esse primeiro escândalo. Segundo o Sr. Geraldo Alckmin, que também falou que é preciso ter cuidado, mas que precisamos investigar todas as denúncias que vêm, Sr. Geraldo Alckmin, que inclusive hoje está aqui no Paraná, abafou 55 pedidos de CPI na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo!

Vou repetir: 55 pedidos de CPI's na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo foram abafados durante o governo do Sr. Alckmin, entre eles a do RODOANEL, que tem um aumento de 70% do valor inicial contratado e dos contratos das asas Norte e Oeste, da CDHU, com suspeita de superfaturamento das compras de terreno sem licitação, das obras do Tietê, esse mesmo, Deputado Isfer, que teve essa enchente recentemente, que estão 148% mais caras e da FEBEM, que nós todos conhecemos, infelizmente, pelos jornais, esse último, inclusive, que tem já, com uma triste memória, feito denúncias, inclusive, nas comissões de direitos humanos nacionais e internacionais!

O mesmo Roberto Jefferson que faz as denúncias hoje foi o mesmo que é acusado de liderar o esquema de propinas nas estatais do Correio, no IRP, se tornou conhecido como líder da tropa de choque nos anos 90 do Sr. Fernando Collor, em 93 foi citado na CPI do Orçamento, e recentemente teve seus bens contestados por não ter sido declarado na Receita Federal!

O Sr. Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República por dois mandatos, teve, durante o seu período, uma série de CPI's pedidas e que não saíram, mas o que é mais interessante, contou com a ajuda do seu fiel Procurador Geral da República, diferentemente do que hoje faz o Sr. Fontellis, que indica um Ministro e um Presidente do Banco Central para serem investigados, o Sr. Geraldo Brindeiro, dos 626 inquéritos instalados até maio de 2001, 242 de 626, 242 foram engavetados, 217 foram arquivados, absolutamente nenhum foi investigado!

Em oito anos, 626 inquéritos, sendo 242 engavetados e 217 arquivados, dentre eles quatro envolvendo denúncias contra o próprio ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Aí, só para lembrarmos, SIVAM, Pasta Rosa, Precatórios, compra de votos para reeleição, tráfico

de influência na privatização da TELEBRAS, favorecimento dos bancos FonteCindam durante a desvalorização do real de 1999. O Sr. César Maia, Prefeito do Rio de Janeiro, trocou o PDT de Leonel Brizola pelo PFL, entre as denúncias feitas estão ao cacique carioca, responde processo por suposta compra de terreno em Nova Iguaçu, ainda em 1985, vinte anos atrás, quando era Secretário da Fazenda de Brizola, uma ação popular que reivindica: Maia, devolva quarenta milhões aos cofres públicos!

Recentemente uma auditoria do Ministério da Saúde revelou que o Prefeito César Maia desviou trinta milhões de reais do orçamento do SUS!

Então, Srs. Deputados, acho que nós temos que fazer este debate, neste e nos próximos dias, com bastante serenidade. Queremos, sim, que tudo que foi denunciado seja apurado, mas também queremos que a história não seja apenas e tão somente um quadro na parede para ser observado e esquecido.

Algumas pessoas que hoje, Sr. Presidente, fazem as denúncias, não resistiriam a dois dias sequer de um Procurador como o Sr. Fontelles, não resistiram a talvez um mês de denúncias como as feitas hoje e infelizmente são pessoas que nunca mandaram apurar absolutamente nada!

Quero encerrar lembrando que hoje quando se diz que não há por que, se fizermos - e espero que se faça - uma CPI das supostas denúncias do mensalão, dentro do Congresso Nacional, diferente daqui, acho que não há motivo para CPI aqui, mas também já um encaminhamento dentro da Comissão de Ética, nós, diferente disso hoje, as mesmas pessoas que dizem não há porquê buscar aquilo que já aconteceu, são aquelas que, em São Paulo, pedem uma CPI para investigar se a Prefeitura pagava ou não pagava valores para que os Vereadores votassem favoravelmente ao Governo da Marta.

Se pagavam essas pessoas, têm que ser punidas, conforme determina a lei. Há que se fazer CPI? Somos favoráveis a que se faça CPI's assim como somos favoráveis a que se faça CPI para apurar todas as compras de votos que, porventura, tenham havido dentro do Congresso Nacional! Agora, o que não dá é para algumas pessoas dizerem que são favoráveis, de dois anos para cá, mas não são favoráveis de dois anos para trás!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acho que não podemos ter meias palavras. Aqueles que hoje estão posando de vestais da moralidade não esqueçam que, se retrocedermos dois anos atrás, os mesmos que acusam talvez tenham que estar no banco dos réus...

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Liderança do PSB: Deputado José Domingos Scarpellini

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sr. José Domingos Scarpellini, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Temos assistido a grande divulgação que o Governo Requião vem fazendo no Paraná, divulgação que leva a marca da Secretaria da Comunicação Social, divulgação que leva a pensar aqueles que estão longe da realidade do Paraná, quer na área de Saúde, nas estradas, na Segurança e na Educação. Parece que tudo está resolvido no Paraná!

Nós vimos a ida da Polícia, às pressas, para Londrina, para tentar combater a criminalidade naquela cidade. Mas, o que aconteceu? Foi o anúncio prévio da chegada da caravana do Governo para fazer a sua publicidade de combate ao crime. Foi tão anunciado, foi tão preconizado no Norte do Paraná, que conforme dizia há pouco o Deputado Barbosa Neto, avisaram a todos que iam à caça e a bandidagem toda, se lá estava, desapareceu!

Meus senhores, é lamentável que tenhamos que ver o Secretário Pisseti, como diz aqui o Deputado André Vargas, um nome muito conhecido. Sabemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, está na Secretaria da Comunicação Social para vender a imagem do obreiro, do trabalhador, do probo Roberto Requião de Mello e Silva!

Senhores, o Secretário da Comunicação deve uma explicação ao povo do Paraná e não vem à Assembléia e não sai no limpo para explicar um caso muito estranho que aconteceu entre ele e o ex-Secretário Mussi, que era Secretário da Indústria e Comércio, sobre a divisão de um dinheiro. Quando isso ocorre em Brasília, o Governador Roberto Requião é o primeiro a vir a público e falar: Lula, você tem que mostrar a sua cara, o PT tem que apurar a fundo! Mas, quando é aqui no Paraná a receita é outra, escondem o Secretário acusado! E, além de não pôr o Secretário acusado a explicar aqui, ainda fazem acusações como essa que foi feita contra o Deputado Pastor Edson Praczyk, dizendo que o Deputado queria 45 mil reais para a sua rádio. Vamos ter que realmente fazer um raio X dos Deputados que são vinculados às rádios que estão sendo aquinhoadas com o prêmio Pisseti.

O prêmio do Secretário Pisseti, o mensalão do Paraná, quanto é? Precisamos realmente ver o que é que está ocorrendo aqui pelas terras das Araucárias, porque em Brasília já está sendo apurado, como precisamos apurar esse desvio que está sendo feito com a varreção do Porto de Paranaguá, que o Superintendente Eduardo Requião não repassa o dinheiro para a sua irmã que é Presidente do PROVOPAR e que está gritando sempre por falta de dinheiro. O que é que está acontecendo com a família?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PSDB. Com a palavra o Sr. Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de merecer a atenção do Sr. Deputado Tadeu Veneri.

Deputado André Vargas, o Deputado Tadeu Veneri subiu à tribuna hoje com um discurso pálido de quem está com dengue e que está cheirando mal. Sobe à tribuna para atacar o Senador Antonio Carlos Magalhães, a quem eu não nutro nenhuma admiração, mas quero lembrar ao Deputado Tadeu Veneri que Antonio Carlos Magalhães, nos dois primeiros anos de governo Lula, andava abraçadinho com o Lula, junto com o Roberto Jeferson, pedindo voto para o Lula, fazendo as manobras no Senado, para o Lula.

Agora é este o agradecimento que o PT enlameado, vem à tribuna, e aí eles já estão se antevendo. Vejam a diferença. Eu gostaria de ter, e sempre tive, a atenção da imprensa. Vejam a diferença do Delúbio e do Alckmin.

Para os senhores terem uma idéia, nós recebemos hoje, a visita do Governador de São Paulo. Chegou ao Paraná, às 7h40 em vôo de carreira, chegou de Varig. Pergunto, qual é o Governador deste País que iria fazer uma palestra em qualquer Estado e voa em vôo de carreira? Por esta razão, aí o PT sobe à tribuna, porque, primeiro, eles não têm explicação do que está acontecendo no Brasil. É só nós lembrarmos aqui.

Falou-se de Antonio Carlos Magalhães. Agora o Antonio Carlos Magalhães virou Oposição, mas até ontem era Situação e era articulador do Presidente Lula. Agora, vem desqualificar o Governador de São Paulo que veio ao Paraná hoje fazer uma palestra, veio de Varig! Eu pergunto, um Estado rico como São Paulo, quando é que um Governador do Paraná foi proferir uma palestra em vôo de carreira? A diferença que existe entre os procedimentos das pessoas, vocês imaginem, se o Silvinho, desculpem, Dr. Silvinho, porque eu não tenho intimidade com o Silvinho, Dr. Silvinho, o Dr. Delúbio, não voam, em vôo de carreira, não! Eles voam com o jatinho do Banco Rural, aquele antigo Banco Rural dos grandes escândalos deste País e aí, o Líder do PT se acha na razão de subir àquela tribuna a atacar um Governador que vem ao Paraná em vôo de carreira, chega aqui às 7h30 da manhã, profere a sua palestra, ao meio-dia pega o vôo da Varig e volta para São Paulo! Aí está o exemplo! O exemplo é através de ações!

Eu vou citar mais um exemplo aqui, Deputado Durval: Verba de comunicação. O Governo do Paraná gasta 127 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo mais um minuto para V. Exa. ou poderá usar o horário da Liderança da Oposição.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu concluo.

Vejam, nós somos dez mil paranaenses. Ajudem-me a fazer a conta aqui, Deputados Barbosa e Durval. Somos 11 milhões de paranaenses. Nós gastamos 120 milhões em comunicação. O Governo do Estado de São

Paulo tem 40 milhões de habitantes e está gastando 40 milhões em comunicação. Um real para cada habitante, enquanto nós estamos gastando 10 reais para cada habitante! esta é a diferença que temos que analisar nos políticos brasileiros.

É este o meu pronunciamento. Agradeço Deputado Hermas Brandão por ter me compreendido e agradeço ao Deputado Tadeu Veneri por ter “erguido a bola” para nós darmos a “cortada”.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Barbosa Neto, PDT.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

No primeiro momento eu comemorei a chegada da força-tarefa à cidade de Londrina. Depois de tanto pedir aqui desta tribuna que Londrina recebesse um reforço policial, já que depois de Foz do Iguaçu proporcionalmente é a cidade mais violenta do nosso Estado.

Mas, depois de passar por Guarapuava, por Foz do Iguaçu, pela Vila Pinto aqui em Curitiba, por Umuarama, por Cianorte, por Campo Mourão, finalmente ontem a tarde chegou a força-tarefa à Londrina.

Eu defendendo, elogiando o Governo, pelo rádio, conclamei a população a receber bem os policiais que vinham de fora num número de 310, com 36 viaturas, dizendo às pessoas que fossem abordadas eventualmente na blitz, não se sentissem constrangidas por um toque na axila, por um toque na canela, por ter que entregar o documento de um carro.

Mas, eu, pobre deste cidadão puro aqui, ainda acreditava que essa força-tarefa tinha o dever e a missão, Delegado Bradock, de coibir a violência na nossa cidade.

Mas, pasmem, senhoras e senhores, enquanto nós anunciávamos isso à população de Londrina, para receber bem, na expectativa de que fosse combatida a bandidagem, estavam lá dentro do 5º Batalhão da Polícia Militar fazendo política com esse aparato policial. Montaram um verdadeiro palanque com falas de políticos locais para receber essa força-tarefa, e como se isso não bastasse, o que fizeram com as 36 viaturas com as sirenes ligadas percorrendo as ruas principais, atrapalharam o trânsito, desviaram as atenções das repartições públicas!

Enquanto eles estavam fazendo esse circo montado, porque até a imprensa local acreditava que era mais um workshop ou então um anúncio do FILO - Festival Internacional de Teatro, que está acontecendo em Londrina, e é considerado um dos mais importantes do mundo.

Às quatro horas da tarde, num banco, na avenida Maringá, região central da cidade de Londrina, o Sr. N.S. Júnior, pessoa tradicionalíssima na cidade, foi assaltado em 10 mil reais. À noite, enquanto essas sirenes estavam ligadas fazendo teatro, deram um tiro nas nádegas de um

cidadão em plena avenida Tiradentes. Invadiram o Clube da Sinuca, no Jardim Bancários e o circo sendo armado, para lá e para cá, anunciando aos bandidos que a força-tarefa estava chegando!

Então, do que vale tudo isso? Estão brincando de fazer segurança no nosso Estado! O Sr. Governador Roberto Requião com certeza não sabe do que está acontecendo.

Estou inclusive encaminhando um requerimento na tarde de hoje ao Sr. Governador, para que nas próximas operações de força-tarefa, não seja divulgado o destino e não alardeie, não faça circo com uma operação tão séria como essa. É a mesma coisa que falar: Atenção, bandidos cheguei, podem correr, podem fugir!

Porque não usou de um tratamento sério com a presença do Ministério Público, da ação da Justiça, com os mandatos judiciais, as buscas e apreensões tudo documentado foi para os pontos mais críticos. Será possível que nós vamos ficar com essa situação?

Será possível que nós vamos ficar com essa situação e ainda à noite, Presidente Hermas Brandão, uma carreta com 28 toneladas de café foi assaltada, o Sr. Pedro Custódio Filho, caminhoneiro de 64 anos, foi encontrado em Sertãoópolis com as mãos amarradas numa plantação de milho e a carreta só não foi levada, porque acabou atolando em função das chuvas que caíram no Norte do Paraná!

O Sr. Reni Pereira (PSB) (Aparte)

Eu gostaria de complementar o discurso de V. Exa. que não é diferente do que ocorreu em Foz do Iguaçu.

Eu subi nessa mesma tribuna agradecendo pelo Governo do Estado estar atendendo o clamor da população de Foz e da Região Oeste, com a operação "Foz mais seguro", só que nos mesmos moldes do que V. Exa. relata aconteceu em Foz do Iguaçu, desfilaram na avenida com sirenes, foguetórios, os mesmos foguetórios que avisam quando chega o carregamento de droga, aplaudiram quando chegou a Polícia. Eu denominei posteriormente quando soube, através de requerimento apresentado nesta Casa o valor gasto pela Secretaria da Segurança na operação "Foz mais segura" três milhões, seiscentos e cinquenta mil reais. Afirmaram também que prenderam 842 pessoas.

E eu quero agora, através de requerimento, também solicitar ao Secretário Aldo Parzianello onde é que foram presas essas pessoas, porque na cadeia de Foz do Iguaçu não comporta, já tinha superlotação, já tinha mais de setecentas pessoas e com mais oitocentas era impossível ter apreendido.

Então, nós precisamos dar transparência ao dinheiro público, porque o valor é muito alto e essas operações de segurança na verdade são operações "pó de arroz", porque tampam a ferida, e quando vem a primeira chuva, a ferida volta mais feia ainda para a população e daqui a poucos dias posso informar a V. Exa. que vai sair de Londrina todo esse contingente e aquele represamento

da criminalidade virá com mais força ainda, porque em Foz do Iguaçu antes matavam só à noite, agora, à luz do dia, na proporção de três por hora.

Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Você não pode esquecer que isso não é culpa do Governador, é culpa do Roberto Carlos. Roberto Carlos chamado pelo Governador gosta de dar o show.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Já finalizando apenas não nos regozijamos quando falamos desta tribuna um assunto tão caro para nós paranaenses, principalmente lá em Londrina, onde a situação está terrível.

Mas queríamos colocar ao Governador, para que tenha conhecimento desses fatos e que, através desse requerimento que estamos apresentando na tarde de hoje, nas próximas operações, não anuncie, não faça alarde, pois realmente a situação da segurança está crítica em Londrina e todo o Norte do Paraná, para que não sejam alertados os suspeitos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Herms Brandão)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Para anunciar a presença do Vereador Eduardo de Oliveira da cidade de Paranaguá, do Vereador Vilmar Caiser, da cidade do Oeste do Paraná punjante, a nossa cidade de Corbélia, vizinha e também apresentar o Renato Presidente da ACEFACRÉ.

O SR. PRESIDENTE (Herms Brandão)

Passamos a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós temos um projeto de suma importância para o Estado do Paraná: a votação do PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo.

Temos aí um pedido de autorização do Poder Executivo para contratar junto ao BID um empréstimo de sessenta milhões de dólares, para destinar esses recursos aos pontos turísticos mais relevantes do nosso Estado do Paraná.

Quero dizer aos Srs. Deputados, ao Presidente, que no ano de 2001, ainda no Governo anterior, já se discutia esse projeto do PRODETUR, onde esse dinheiro que era para ser destinado ao Governo do Estado do Paraná para incrementar o turismo do nosso Estado, dirigia recursos

para várias regiões, entre elas a região dos Campos Gerais, região da nossa cidade de Ponta Grossa. Recursos pré-destinados dentro dos projetos fazia com que a nossa região fosse beneficiada com 13 bilhões de reais, sendo destinados para vários pontos turísticos lá existentes.

Vou citar os municípios e pontos que seriam beneficiados: O Município da Lapa, através da consolidação do setor histórico. O Parque Estadual do Monge, também na Lapa; o Município de Balsa Nova, na região aqui de São Luiz do Purunã para incrementar o pólo de turismo rural; na nossa região de Ponta Grossa, investimentos no Parque Estadual de Vila Velha; também na rota de Vila Velha ao manancial de água de abastecimento de Ponta Grossa, o Alagados, a estrada do Alagados até a região de Carambeí; no Município vizinho de Tibagi investimentos no Parque Estadual do Quartelá; em Jaguariaíva, reestruturação da cidade; Município de Castro, reestruturação também. E isso fazia com que nós tivéssemos a destinação de treze milhões de reais para que pudéssemos incrementar o turismo na nossa região.

Pasmem. Agora, num novo Governo, no Governo Roberto Requião estamos aqui votando um projeto de lei, que esta Casa com certeza vai aprovar, de seiscentos milhões de dólares, que dá em torno de cento e cinquenta milhões de reais, só que a nossa região dos Campos Gerais, não vem sendo contemplada com os recursos do PRODETUR. Então, lá no Governo anterior, esses recursos eram divididos para várias regiões do nosso Estado do Paraná, que a região de Foz do Iguaçu, estava sendo contemplada, a região dos Campos Gerais também, tínhamos o litoral paranaense sendo contemplado, a Capital do nosso Estado recebendo recursos desse programa. E agora mudou tudo, agora só a região de Foz do Iguaçu é que vai receber essa importância. É por isso que eu apresentei uma emenda a este projeto para destinar 20% deste valor, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para a nossa região dos Campos Gerais.

Nós estamos vendo um percentual significativo, e nós não sabemos muito bem o valor exato sendo destinado para Foz, mas os nossos Campos Gerais não podem ficar fora desses recursos que estão sendo destinados para o turismo no nosso Estado.

É por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que apresentei essa emenda, quero pedir o apoio de todos, para que nós possamos fortalecer o turismo no Estado do Paraná inteiro, não só em Foz do Iguaçu, que está recebendo recursos significativos, mas também a nossa região dos Campos Gerais.

Dentro de mais algum tempo estaremos aqui discutindo esse projeto e vamos retornar novamente nessa linha, para que possamos, aí, pedir o apoio da maioria dos Deputados para prestigiar o Estado do Paraná como um todo, em especial a nossa região dos Campos Gerais.

Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
PMDB, Deputada Elza Correia.

Liderança do PMDB: Deputada Elza Correia

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres companheiros e companheiras.

Há momentos aqui na Casa que se fica confusa, com aquela sensação, Sr. Presidente, de que se correr o bicho pega e se ficar o bicho come.

É impressionante! Se nós prestarmos atenção em alguns discursos que são proferidos, eles são realmente um embaralhado de coisas, cobranças, cobrança, cobranças. E quando acontece finalmente, para alegria de nós todos, ações que respondem inclusive àquelas cobranças, aí elas são atacadas. Então, realmente fica extremamente difícil, e sempre será assim Deputado Durval Amaral, agradar gregos e troianos ao mesmo tempo. A história da humanidade já nos mostra diversas questões relativas a isto.

Veja, em Londrina mais duas pessoas foram assassinadas, completando setenta e sete ao todo desde o início deste ano. Essa triste estatística, nos incomoda a todos, sejamos ou não londrinenses, mas esta mesma estatística, até com dados maiores, se repetem neste momento em todas as cidades brasileiras.

Vivemos neste País, infelizmente, uma situação de sobressalto, insegurança, incertezas oriundas de várias coisas que não vou aqui repetir, mas muito e especialmente, da ausência de um modelo de projeto econômico da Nação brasileira, que promova a inclusão social.

Podemos fazer o que quisermos, mas durante décadas neste Brasil, para qualquer pessoa que tem um pouco de noção de economia política sabe que continuaremos discutindo a questão da violência neste País, porque ela é fruto da desigualdade, da péssima divisão de riquezas, e de projetos neoliberais que não asseguram direitos a todos.

Hoje novamente a Secretaria da Segurança foi um saco de pancada. Diria que fiquei super satisfeita quando vi que o nosso Secretário Delazari cumpria com o que foi aqui cobrado, quando fez a mega-operação em Foz do Iguaçu e aqui em Curitiba.

Nós, lá em Londrina, estávamos cobrando, por que não em Londrina? Porque também temos três fronteiras em nossa cidade.

Portanto, a Secretaria da Segurança Pública lançou ontem em Londrina a operação "Londrina Segura", nos moldes que fez em Foz do Iguaçu e em Curitiba. Mais de 330 policiais militares, civis reforçaram o efeito já existentes na cidade para fazer o patrulhamento.

Uma medida cobrada muito fortemente nesta Casa, muito especialmente por aqueles que dizem que a Secretaria da Segurança Pública não está fazendo nada.

Concedo um aparte ao Deputado Antonio Anibelli.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Gostaria de cumprimentá-la pelo pronunciamento e dizer que estranhamos quando ouvimos o Deputado Reni Pereira apartear o Deputado Barbosa Neto e criticando tiros, acidentes e mortes violentas. Isso temos visto diariamente desfilar na tribuna desta Casa.

Quando se faz uma mega-operação em Curitiba, em Foz do Iguaçu e agora em Londrina, parece que os Deputados estão contra a segurança da população! Deviam vir a público enaltecer a figura da polícia, do Secretário e dizer que a segurança está sendo feita!

O Deputado Reni Pereira disse que foram presas oitocentas pessoas em Foz do Iguaçu, mas não sabem onde puseram. Quer fazer um requerimento para saber onde que foram as pessoas.

Queremos saber a realidade. Tomara que façam todos os dias essa mega-operação no Paraná inteiro! Precisamos de mais policiais!

Ontem mesmo dizia desta tribuna da homenagem que fizemos ao policial morto o Major Pedro Plocharski, que foi abatido em serviço. Um homem exemplo da dignidade da Polícia Militar do Paraná foi morto por uma quadrilha que, graças a Deus, foi presa com ação da Polícia Federal.

Fico estático, Deputada Elza Correia, em ver que Deputados vêm criticar onde estão sendo feitas as operações.

Parabéns!

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Muito obrigada.

Então, sabemos que há realmente alguns que são da turma de “quanto pior, melhor”. Notícia boa não interessa; só notícia ruim é que tem que ser dada. Quantos morreram, quantos foram estuprados, quantos foram assassinados, quantos tratores roubados? Realmente, são ações negativas. Temos que mostrar, sim, as estatísticas! É importante, mas precisamos também mostrar que paralelo a essas questões, existem medidas que estão sendo tomadas.

E não podemos subestimar a população, achando que a população não tem capacidade de observar, de refletir e de perceber que estão acontecendo coisas para melhorar a qualidade de vida da população. Essa mega operação tão cobrada aqui agora virou “claquete de deboche”. É impressionante.

Mais de quarenta veículos e dez motos foram levadas para a cidade, para apoio aos policiais; foram priorizadas regiões consideradas mais perigosas; o reforço deve ficar na cidade por pelo menos trinta dias e não tem prazo para deixar o local. O lançamento da operação foi feito na sede do 5º Batalhão da Polícia Militar de Londrina e contou com a presença do comandante, do policiamento; participa também a Polícia Civil, toda a cúpula da segurança da nossa cidade, do nosso Estado.

Portanto, essa força-tarefa cumpre, sim, o seu papel, trabalhando nessa operação “Londrina Segura”,

que já faz parte da força-tarefa do comando do policiamento do interior que atua em todo o Paraná promovendo essas operações.

É óbvio que só essas operações isoladas de outras questões, talvez não resolvam, são muito importantes e o resultado de Foz do Iguaçu e também de Curitiba, mostrou isso.

O Sr. Barbosa Neto (PDT)

Concede-me um aparte, Deputada.

(Assentimento)

Deputada Elza Correia, eu que trabalhei durante quinze anos na área de segurança pública, não conheço tudo, mas pelo menos um pouco, e sabemos que um dos pontos favoráveis à polícia no enfrentamento da criminalidade é justamente o elemento surpresa.

Quando se faz um verdadeiro “circo”, como foi feito em Londrina, eu estava ontem em Londrina e V. Exa. quando chegar à cidade poderá inclusive sentir a repercussão junto à própria comunidade, que estranhou. Uns acreditavam que era um 7 de setembro fora de época. Outros achavam que era mais um anúncio do FILO - Festival Internacional de Teatro. Inclusive a imprensa repercutindo nas colunas políticas de hoje, na cidade de Londrina.

Sabemos que no momento em que é alardeado, anunciado que vai se agir, com certeza aí já está trazendo para a própria polícia um elemento negativo, um fato negativo porque já dá a condição de o bandido ou o suspeito fugir. Se fosse feita uma operação conjunta com os mandados de busca e apreensão junto com a Polícia Civil, com a própria Justiça e também o Ministério Público, com certeza nós acreditaríamos muito mais nisso.

Mas, V. Exa. vai ver que no momento em que estava acontecendo toda essa festa no 5º Batalhão e o desfile das viaturas pela cidade, nós víamos ali a bandagem deitando e rolando com assaltos no Jardim Versalles, com assaltos à mão armada em plena Avenida Tiradentes, em Bancos. Isso é o que está acontecendo, lamentavelmente, na cidade de Londrina.

Muito obrigado pelo aparte, Deputada.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Essa é a sua versão e V. Exa. está um pouco desinformado porque o FILO já terminou. Portanto, a população já está sabendo que não era o desfile do FILO.

O Sr. Barbosa Neto (PDT)

A senhora está nos 77 assassinatos e são 79 já também. Se for falar em desinformação...

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Já lhe dei o aparte, não estou dando aparte nesse momento.

O Sr. Barbosa Neto (PDT)

Sem dedo em riste, Deputada. Sem dedo em riste.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está assegurada a palavra à Deputada Elza.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Muito obrigada, Sr. Presidente. É muito bom quando temos um Presidente como o senhor, que garante a ordem daqueles que não sabem se comportar no Parlamento.

Gostaria de dizer que não é mais novidade para ninguém nesta Casa de que o Deputado Barbosa Neto gosta realmente de falar em “circo”, gosta realmente de falar em “festa” e não sei o quê, porque esse é o seu estilo no seu programa de televisão e de rádio. Aqui é um Parlamento - é outra coisa, é diferente. Temos que discutir com profundidade as questões políticas e não fazer disso aqui um programa policial.

Concedo um aparte ao Deputado Ademir Bier.

O Sr. Ademir Bier (PMDB)

Deputada Elza, teríamos que estar aqui homenageando o Governador Roberto Requião, o Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, pelo avanço que teve na área de segurança pública nesses dois anos e meio de governo.

Nós todos sabemos, acompanhamos os últimos quatro anos de Governo Jaime Lerner, aqui na Casa, o caos que estava à segurança pública do Estado do Paraná. Com a posse do Governador Requião avançamos muito e há de haver esse reconhecimento efetivo em cima dos avanços que tivemos na compra de viaturas, que hoje não são mais locadas, que são propriedade do povo do Paraná, no efetivo tanto militar quanto civil da nossa Polícia Militar e Civil. Essas mega-operações são importantes. Há um avanço, porque hoje, Deputada Elza, existe Governo no Paraná!

Fizemos oposição durante quatro anos aqui, na Assembléia, mas o fazíamos com responsabilidade, não daquela do “quanto pior, melhor”. Estamos extremamente satisfeitos. Muita coisa precisa ser feita, mas temos que reconhecer que muita coisa está sendo feita nesse momento. Estamos contentes por essa mega-operação. Londrina está de parabéns. Foi importante para a nossa região de Foz do Iguaçu, na nossa região Oeste do Paraná a operação do Governo do Estado.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Deputada, um aparte?

(Assentimento)

Para contribuir com o vosso pronunciamento, eu gostaria de dizer que me rendo, sim, às ações de segurança do Governo do Estado, mas quero deixar claro, que em Foz do Iguaçu não atingiu os objetivos. Como V. Exa. falava, este Parlamento tem algumas obrigações, e nós temos a obrigação de esclarecer à população.

Eu quero o esclarecimento, sim, de que maneira fizeram a mágica de prender quase novecentas pessoas e aonde os colocaram, porque não tinha lugar. E dizer

que de antemão assumo um compromisso com esta Casa e com V. Exa, de subir aí nessa tribuna e louvar, não só o Governo do Estado, mas o Líder do Governo que anunciou há dez dias, que está indo mais de duzentos policiais em definitivo para Foz do Iguaçu, quando isso ocorreu. Esse compromisso eu assumo perante V. Exa, que sei que sabe reconhecer os atos. Faz dez dias.

Cada vez que eu falar de segurança pública, vou anunciar quantos dias foi anunciado esses duzentos policiais em definitivo para Foz do Iguaçu.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Um pedido de informação é um instrumento que V. Exa. tem todo o direito de utilizar. Acho, Deputado Reni, que é exatamente isso. Como fazem outros companheiros da Oposição que fazem a crítica, mas reconhecem também quando as coisas estão sendo feitas. Isso é importante para nós e também para a democracia. Mas a tentativa eterna, permanente e sistemática de desqualificar, pega mal para quem o faz.

Concedo um aparte ao Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Deputada Elza, quero felicitar-la pelo seu pronunciamento e dizer que a população de Curitiba ficou muito satisfeita com as duas mega-operações de segurança, que o Governador determinou na Vila das Torres e também na Vila Parolin.

Inclusive, assistimos no Museu Oscar Niemeyer, na terça-feira passada, os presidentes das duas associações de moradores irem agradecer ao Governador Requião essas operações. Conheço o rapaz que falou pela Vila das Torres, que é um catador de papel, um carreiro. Posso dar testemunho na minha condição de ex-Prefeito, que há uma população pacífica nas favelas, trabalhadora e ordeira, mas que volta e meia fica refém dos bandidos. Assegurar o direito de ir e vir para a população pacífica, colocando sob vigilância os bandidos, é muito bom!

Prenderam-se novecentas pessoas em Foz do Iguaçu. Deve ter tido motivo, porque estamos em pleno Estado de Direito e não se prenderia ninguém sem motivo. Também quero dizer que não se fazem policiais como biscoitos. O Governador contratou mil policiais no começo do governo e agora está a formar mais mil policiais. Não dá para colocar como se fosse um biscoito instantâneo, um rapaz dentro de uma farda e exigir que ele saia transformado em um policial responsável.

Então, este Governo está fazendo o seu papel e o mais sério é o Governador ter a coragem de eliminar a “banda podre” da polícia. Por exemplo, denunciar a morte do Coronel Plochaski, provocada dentro da própria Corporação. Acho que o Governador, quando faz isso, faz com muita propriedade o que todos os cidadãos de bem do Paraná estamos a desejar.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Concluindo, diria, então, que fica registrado na Casa que este Governo tem trabalhado, que este Governo tem cumprido com a sua parte nas várias áreas sociais, mas que evidentemente também haveremos de ver sistemáticas críticas como se nada estivesse sendo feito.

Saiamos às ruas, conversemos com as pessoas e vamos ter o melhor resultado desses números.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero cumprimentar o meu amigo particular, Prefeito de Pato Branco, dando as boas-vindas ao Roberto a esta Casa.

No Horário da Liderança das Oposições, com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

Liderança da Oposição: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Mais uma vez tentam, primeiro, desmerecer aqui a minha profissão. Com muito orgulho sou jornalista, radialista, graças a Deus, como aqui temos pastores, professores e tantas outras profissões e todas elas têm o valor, graças a Deus.

Quando me acusa de fazer circo, acho que a Deputada Elza se esquece que quem fazia a charanga ou a banda que ia pelas ruas dançando, desfilando, era V. Exa. Em nenhum momento nós criticamos aqui, porque acho que todos os jeitos de se fazer campanha ou de se comunicar com a população são válidos. Aliás, o rádio é um dos poucos veículos em que a população pode falar - nos veículos isentos da propaganda oficiosa, aqueles veículos que não recebem esse mensalão, como foi dito há pouco aqui pelo próprio Deputado Scarpellini. O rádio ainda é a tribuna do povo, onde as pessoas podem se manifestar e emitir a sua opinião. Aliás, o que falta, muitas vezes, a algumas pessoas é um choque de realidade: é ir às ruas - não apenas em época de eleição ir aos bairros, percorrer e ver a necessidade do nosso povo que está quebrando e desesperançoso, principalmente com a classe política de uma maneira geral.

Mas se a questão da segurança não vale, tudo bem! Vamos falar, então, da saúde! Vamos falar da cidade de Londrina, onde um documento que foi mostrado no dia de ontem, documento reservado, uma comunicação interna do Hospital Universitário assinado pela Médica Chefe da divisão da UTI adulto mostrou, Deputado Scarpellini, que no Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, que atende noventa e sete cidades, uma população de um milhão e meio de pessoas, morreram, pasmem, senhoras e senhores Deputados, 25 pessoas, desde janeiro até agora, por falta de Unidade de Terapia Intensiva. Vinte e cinco pessoas, por falta de Unidade de Terapia Intensiva! Vamos nos calar diante disso? Aqui é a

Oposição que está falando ou é uma constatação das pessoas que estão morrendo por falta de atendimento médico, em um Governo que desrespeita a obrigação da Lei de Responsabilidade Fiscal, dos 12% garantidos para o investimento em saúde?

O que se falar aqui que nós já levantamos esse caso, o mesmo UH em que um médico teve que desparafusar da maca da ambulância de um Município do Interior para deixar o cidadão ser atendido no corredor do maior hospital público do Norte do Paraná! Como é que nós vamos nos calar diante disso?

Aqui não é Oposição, aqui não é Situação, aqui é uma pessoa preocupada com a realidade das nossas famílias!

Sra. Deputada Elza Correia, me desculpe, a Sra. Marinês Pires Batista, de 36 anos, morreu no hospital da zona norte à espera de UTI, sete horas agonizando! Morreu o Sr. Eduardo Ribeiro, em Ribeirão do Pinhal, também na fila, fora os quatro idosos que morreram no hospital da zona norte por falta de UTI!

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Barbosa, existem dois mundos aqui no Paraná - o mundo da propaganda, o mundo da televisão e o mundo real - o mundo real da saúde, o mundo real da segurança. Nós poderíamos fazer hoje uma enquete, uma enquete dos paranaenses que estão nos assistindo e pedir-lhes se estão satisfeitos em dois casos - saúde e segurança. Agora, se assistir a Tevê Educativa vai ficar satisfeito, porque aquele mundo é o mundo que eu gostaria de viver!

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Líder da Oposição, Valdir Rossoni, porque nós nos constrangemos até em ter que anunciar isto aqui, mas alguém precisa falar - são 25 vidas de um relatório oficial de dentro de um hospital, como o HU, 25 vidas que foram ceifadas, pessoas que morreram por falta de UTI, de janeiro até aqui, Deputado Durval Amaral.

Então, isto já foi comunicado, inclusive à própria auditoria do Governo do Estado do Paraná, ao Conselho Regional de Medicina e o Promotor de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, Paulo Tavares, abriu um procedimento para apurar estas mortes. Então, nós não podemos ficar calados, inertes, diante dessa situação!

O Sr. Durval Amaral (PFL)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Nobre Deputado Barbosa, na verdade nós estamos acompanhando uma verdadeira massificação no Estado do Paraná, através da imprensa escrita, falada, televisivada. Na verdade, o Estado do Paraná está sendo massificado pelo excesso de propaganda.

Hoje, as propagandas do Governo do Estado ultrapassam em muito as propagandas das Casas Bahia, as propagandas da Coca-Cola, enfim, os maiores anunciantes do Brasil anunciam menos do que o Governo do Estado do Paraná!

Na verdade, são 150 milhões de reais e já existe a decisão governamental de se gastar mais 70 milhões, ou seja, 220 milhões de reais em propaganda! Você liga a televisão, em qualquer horário, em qualquer canal de televisão, porque até há alguns dias atrás não se fazia publicidade na principal emissora de televisão do Estado do Paraná, e agora até mesmo nesta nós estamos vendo esse excesso de propaganda.

Acontece que todo esse excesso de propaganda, esses 220 milhões que serão gastos com comunicação não corresponde à realidade - não corresponde à realidade dos apenas 30 milhões que é gasto no Programa Luz Fraterna; não corresponde aos investimentos efetivos na área da saúde, porque são recursos do SUS repassados, apenas repasses do Governo Federal para o SUS e repassa-se isto para o Governo do Estado.

Então, nós estamos vendo o seguinte - muita propaganda, excesso de mídia - sem dúvida alguma isto não corresponde a realidade nos nossos municípios. Nós estamos vendo assalto a mão armada em pequenas cidades do Estado do Paraná - Alvorada do Sul reclamando da falta de segurança, Lupionópolis, Cafeara, todos os Municípios, quer dizer, um verdadeiro caos a Segurança Pública do Estado do Paraná.

Agradeço a V. Exa. e quero cumprimentá-lo para dizer que daqui a alguns dias, quando desligarmos a televisão, o Governo do Estado sairá, efetivamente do mundo da realidade.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Obrigada, Deputado, pelo aparte.

Nós vivemos numa sociedade Deputado Barbosa Neto, que todos os dias famílias, de norte a sul, se recortamos o Brasil inteiro, as pessoas estão morrendo de forma mais vil, do ponto de vista do seu direito humano, da sua cidadania, da dignidade que ela deveria ter. Não é só em Londrina, é no Brasil como um todo e isso deve indignar a todos, a mim, a você, a todos nós!

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Não justifica, não é, Deputada?

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Mas em Londrina este Governo já propôs várias ações, na área de Saúde, Deputado Barbosa, por conta da minha insistência junto aos Secretários, dos necessários investimentos em UTIs, nas ajudas que estão recebendo Santa Casa, o Hospital Evangélico e também o HU, cem mil reais mensais fora os investimentos em ampliações e melhorias com o Hospital de Queimados em aplicações e

melhorias com o Hospital de Queimados, no HU e também com ampliações no Hospital Zona Norte e Zona Sul, Barbosa, que serão transformados em hospitais de alta complexidade, transformados de quarenta para dez leitos, o que vai desafogar, muito, o sistema de Saúde da nossa cidade, para que o HU volte a ter sua origem de Escola, é para isso que ele existia e passou a ser um Hospital de atendimento.

Portanto, Barbosa, várias ações estão sendo feitas pelo Governo do Estado na área da saúde, não só em Londrina, mas em todas as regiões muito por conta do nosso acompanhamento, desta Casa, de vários Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero participar tanto ao orador que ocupa a tribuna como a nobre Deputada que o está aparteando, que o tempo está encerrado.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Então, obrigada Barbosa, mas as pessoas ainda assim continuarão morrendo porque tudo que fizemos durante um bom tempo ainda será pouco!

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Eu agradeço o tempo e peço um minuto para concluir.

Não concordo com a Deputada, me permita, Sra. Deputada. Enquanto aqui em Curitiba foram assinados convênios de 115 milhões de reais para pavimentação asfáltica e construção de nove terminais, Londrina não tem um centavo sequer no orçamento nesses últimos três anos, diga-se de passagem, na área da região metropolitana da nossa cidade.

Podemos ver nos out doors, nos pontos de ônibus, até nos taxis dizendo que o Governo gastou um bilhão de reais em Saúde e infelizmente isso não tem chegado ao Norte do Paraná.

Era esse o nosso pronunciamento, nós, mais uma vez, firmamos aqui a nossa posição e esperamos que realmente os investimentos sejam feitos também no norte do Paraná e principalmente em Londrina já que o principal hospital público da nossa cidade e da nossa região está numa situação terrível! São apenas 125 leitos, sendo que os estudos apontam que seriam, no mínimo, necessários mais de 300.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, para registrar o nosso profundo pesar pelo falecimento do professor Wilson Bóia que me ajudou a fazer a coleção. Páginas Escolhidas, essa coleção de cinco livros que marcou os 150 anos de Paraná.

O professor Wilson Bóia, membro da Academia Paranaense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, foi um dos cooperadores da Assembléia na edição dos livros do sesquicentenário do Paraná e nos deixou.

Então, quero deixar registrado o profundo pesar dos paranaenses pela perda desse intelectual notável e espiritoso.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, para registrar a presença dos integrantes do Fórum em Defesa do Serviço Público e que estão conosco hoje também no Fórum Popular de Saúde.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Devidamente registrados.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 44 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. **Não Recebidos.**

Consulto o nobre Deputado se já não tinha apresentado, nesta legislatura, este projeto que já tinha sido rejeitado?

Se foi apresentado, nesta legislatura, este projeto que já tinha sido rejeitado?

Se foi apresentado por V. Exa., precisa de 18 assinaturas para representar.

O SR. CHICO NOROESTE (PL)

No ano anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No ano anterior?

(**Assentimento**)

Então devolvo a V. Exa. porque precisa de 18 assinaturas. Deixo de receber, conforme o Regimento determina.

Projetos de lei em nº 02 (dois) de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente.

Não Recebido.

Devolvo esse projeto. Também já foi vetado no passado ainda nesta Legislatura.

Devolvo ao autor.

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1888, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente, requerendo autorização para se deslocar a Londrina para comparecer à Audiência Pública sobre Organização do Núcleo das Farmácias de Manipulação de Londrina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Votação em 2ª Discussão

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 232/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/2005, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito para financiamento do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil - PRODETUR/SUL, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DE PLÊNARIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 232/2005
(MENSAGEM Nº 015/2005)

P A R E C E R :

Tratam-se de Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 232/2005, originário da Mensagem Governamental nº 015/2005 - solicitando autorização para contratar operação de crédito interna para financiamento do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Sul do Brasil - PRODETUR/SUL, no âmbito do Estado do Paraná, nas quais os nobres Deputados subscritores pretendem alterar a destinação dos recursos a serem contratados, fixando novos percentuais e novas regiões, fora do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS, previamente aprovado.

As emendas, com o devido respeito, não podem prosperar, pelos motivos abaixo expostos:

- compete privativamente ao Governador do Estado, segundo o artigo 87, XIX da Constituição Estadual, a realização de operações de crédito, previamente autorizadas pela Assembléia Legislativa e, neste sentido, é o que faz o Executivo através do presente projeto de lei

- busca, tão somente a autorização para contratar crédito, na forma exposta;

- as emendas de plenário representam aumento de despesa prevista, já que as condições do financiamento proposto estão vinculados a um projeto anterior totalmente definido em estudos e projetos prévios, cuja destinação dos recursos estão, por assim dizer - carimbados, isto é, só poderão ser efetivados na forma lá prevista e devidamente pactuada, havendo, portanto, o impeditivo do artigo 68 da Constituição Estadual, que não admite aumento de despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, ressalvadas apenas as emendas ao projeto de lei do orçamento anual;

- como visto, já existe uma pactuação prévia ao projeto de lei, conforme exposição de motivos que é peça integrante da mensagem governamental e que, tomo a liberdade de transcrever em parte;

- “para a fase de negociação do Programa, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em conjunto com o Ministério do Turismo, solicitou que os Estados destacassem uma área prioritária para ser desenvolvido um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), tendo como condicionante, que a área deveria ter uma cidade pólo como turismo internacional consolidado e um entorno com potencial de ampliação das atividades turísticas. Com esse perfil, no Estado do Paraná, encaixou-se o município de Foz do Iguaçu e região do Lago de Itaipu até o município de Guaíra.”

Ora, é indubitável que o pedido de autorização para contratação do crédito obedece ao PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável já desenvolvido e aprovado e a sua descaracterização implicará, necessariamente, numa alteração contratual, de forma unilateral e não autorizada, sendo, portanto, ilegal.

É de se considerar, ainda, que após a formalização dos contratos será possível ao Governo do Estado, definir novas áreas e locais para a implantação do Programa, observadas as condicionantes estabelecidas pelo BID para a sua implantação, segundo a própria exposição de motivos que acompanha a mensagem governamental.

Isto posto, demonstrada a inconstitucionalidade e a ilegalidade das emendas propostas, só nos resta propugnar pela transformação das mesmas em indicações legislativas, já que existe a possibilidade dos seus aproveitamentos em fase posterior à contratação do crédito.

Sala das Comissões, em 20.06.2005.

(aa) ELTON CARLOS WELTER
Presidente e Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Reni Pereira, Artagão Júnior, Delegado Bradock, Marcos Isfer e Hermes Fonseca.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VOTO EM SEPARADO AO
PROJETO DE LEI Nº 232/2005

Caso a não aceitação de emendas ao projeto de lei pelo relator da mesma, Deputado Elton Carlos Welter,

solicito que seja enviado expediente ao Sr. Governador do Estado, antes da votação da proposição na CCJ, solicitando o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), da área prioritária (Foz do Iguaçu e região), que impede (segundo o relator), que outros municípios sejam beneficiados pelo plano de lei, mesmo pertencentes ao corredor turístico, Campina Grande do Sul, Irati e Foz do Iguaçu.

Esta Casa não pode se pautar por um banco internacional que está emprestando dinheiro ao Estado, com aval desta Assembléia, que dite regras onde devem ser alocados os recursos do referido empréstimo.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação esse projeto. Já foi discutido.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não foi discutido.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estou recebendo informação da assessoria; deixe-me confirmar.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Se tem emendas, como é que foi discutido?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nobre Deputado, se foram apresentadas as emendas, automaticamente se encerrou a discussão.

Pode-se discutir as emendas.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Mas eu vou encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Esta é a Questão de Ordem, Sr. Presidente. Queremos encaminhar, emenda por emenda, porque não foi pedida a votação em bloco.

Então, vamos passar a encaminhar as emendas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes temos que colocar um requerimento do Deputado Dobrandino, que requer votação em bloco das emendas.

Está protocolado, aqui.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

É golpe!

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Consulto a V. Exa. se nessa segunda fase vamos discutir o projeto ou só as emendas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

As emendas. O projeto já encerrou a discussão.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Mas a votação do projeto será hoje também, ou só as emendas vão votar hoje?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vota-se as emendas e posteriormente vota-se o projeto também.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Na Sessão de hoje, também?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

De hoje.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Então existe um requerimento do Deputado Dobrandino?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Há um Requerimento nº 1948, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, que requer votação em bloco das Emendas de Plenário nºs 1, 2, 3, 4 e 5.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para discutir o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para discutir o requerimento, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, para discutir o requerimento eu preciso de uma cópia dele.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou encaminhar-lhe. Consulto à Mesa se não tinha encaminhado à Liderança da Situação e da Oposição.

Estou recebendo a informação que já tinha sido encaminhado à Liderança.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, quantos minutos é para encaminhar?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Dez minutos.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Mas não pode fugir do assunto do requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Nereu Moura, prometo cumprir o Regimento na forma da lei. Obrigado por dar-me sua atenção; para mim é um orgulho ter a atenção de tão ilustre Parlamentar.

Os Deputados que passam a discutir o requerimento do Deputado Dobrandino são: Durval, Elio Rusch, Barbosa Neto e Deputados que têm interesse no projeto. Deputado Leite.

Srs. Deputados, passaremos a obstruir a votação e por esta razão passaremos a discutir o requerimento. Teremos o direito de cinco Parlamentares para encaminhar, contrários ao requerimento, porque defendemos que as nossas emendas sejam votadas uma a uma, porque são diferentes.

Por esta razão e até para justificar aos Srs. Parlamentares, o nosso encaminhamento contrário à votação em bloco.

Considero essa votação em bloco um absurdo, porque estamos autorizando o Governador a fazer um empréstimo para investir em turismo e por esta razão, esse empréstimo só está contemplando praticamente o Município de Foz do Iguaçu!

Entramos com um requerimento para procurar dar a nossa contribuição a esse projeto, porque entendemos, por exemplo - temos uma emenda do Deputado Neivo Beraldin, que destina quatrocentos mil reais para o Portal Turístico de Irati.

Há mais uma emenda que destina trezentos mil reais a informações turísticas de Campina Grande do Sul.

Há uma emenda aditiva deste Parlamentar, que considero de extrema relevância, onde contempla - aí é que os Srs. Parlamentares têm que se ater. Não estou destinando recursos especificamente para um Município, estou destinando parte desses recursos aos municípios que têm o certificado do Ministério do Turismo como Município turístico. Por esta razão estamos contemplando, por exemplo, Deputado Jocelito Canto, na nossa emenda, Ponta Grossa, o qual eu não represento mas é um Município que tem potencialidade turística e por esta razão, ele tem que ser aquinhado com parte desses recursos que estão sendo destinados nesse empréstimo.

Assim, Deputado Luiz Carlos Martins, estamos destinando parte desses recursos ao Município de Curitiba, porque todos nós sabemos, ao longo da história das Administrações Municipais, todos os Prefeitos fizeram um esforço enorme para transformar Curitiba nesta cidade que é, para atrair turistas, e Curitiba - uma cidade com potencial turístico - merece também obter recursos desses empréstimos que nós estamos fazendo e autorizando o Governo do Paraná.

Esse programa, quando começou a ser elaborado - não tenho essa documentação, inclusive falhei nessa questão - no Governo anterior, lembro-me, Deputado Pedro Ivo, meu parceiro de União da Vitória e Região Sul, que no projeto inicial estava aquinhado o Vale do Rio Iguaçu, Deputado Anibelli.

Então, conclamo aos Srs. Parlamentares. Não podemos dizer amém, não ao governo, mas a um valor tão grande como este!

Nós reconhecemos a habilidade do Deputado Dobrandino e ele está cumprindo o seu dever na sua inte-

gridade, no total, porque ele conseguiu fazer um governo mudar um projeto inicial contemplando a Foz do Iguaçu maravilhosa. Agora eu pergunto: Ponta Grossa existe? Existe! Vila Velha existe? Existe! Curitiba, poderíamos falar aqui dos pontos turísticos, que existem ou não existem? Maringá não tem potencial turístico? Tem! Por essa razão, Maringá tem que ser contemplada nesse projeto.

Por esta razão, quero justificar que eu estou encaminhando contrário ao requerimento encaminhado pelo Deputado Dobrandino, porque, se nós estivéssemos individualizando a aplicação desses investimentos, não estaríamos pensando no Paraná como um todo, mas, quero afirmar aqui aos Srs. Deputados.

É hora de firmarmos aqui fileiras! É hora de esta Casa demonstrar a sua força! Só depende de nós Parlamentares, com todo o respeito e liderança que tem o Deputado Dobrandino e os Deputados de Foz do Iguaçu. Não é justo ao Paraná que esses recursos sejam apenas destinados há alguns Municípios. Também somos paranaenses, Ponta Grossa também é paranaense. Maringá também é paranaense, Londrina também é paranaense, União da Vitória também é paranaense, Lapa, o berço da colonização do Paraná, também é paranaense!

Por esta razão eu conclamo o apoio dos Srs. Parlamentares, que derrubemos o requerimento do ilustre Líder do Governo, que está legitimamente defendendo os seus interesses.

Pergunto ao Deputado Leite: e o nosso litoral, não tem potencial turístico?

Isso é que nos leva a pedir aos Srs. Deputados: vamos derrubar o requerimento do Deputado Dobrandino, para termos oportunidade, para votar individualmente as emendas e ver aquelas que são possíveis de serem inseridas no projeto, para que o Governo tenha este empréstimo.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

É fácil esclarecer aqui este projeto, para que não fique dúvida para os Srs. Deputados votarem.

Esse projeto não é de hoje, nem deste ano, nem do ano passado; vem se arrastando já há muitos anos!

Deputado Valdir Rossoni, esses critérios não são do Governo do Estado, Sr. Presidente e Srs. Deputados, são do Banco Interamericano e vou explicar aqui.

São para quatro Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso.

Veja bem, nobre Deputado, é exigência do Banco Mundial; foi discutido por várias vezes. Primeiro, para começar não é cem milhões para Foz do Iguaçu, Sr. Deputado, são 32 milhões para a região de Foz do Iguaçu.

O restante - só para simplificar, o Estado do Rio Grande do Sul indicou o ponto turístico de potencial, a Serra Gaúcha. Foi aprovado e discutido pelo Banco Interamericano. O Estado de Santa Catarina indicou o Município de Camboriú, o Paraná indicou Foz do Iguaçu.

Então, na verdade, isso foi discutido e rediscutido por muitas reuniões, inclusive, com a grande participação do Ministério do Turismo que tem uma participação enorme nisso. Foi feito um acordo. Portanto, não é possível se tiver uma única emenda modificando. Claro que o Banco Mundial não repassa recursos.

A nossa pressa é que aprove esse projeto hoje, para que o Governo do Estado possa assinar o contrato com o Banco Interamericano. Essa primeira etapa para Foz do Iguaçu é de treze milhões de dólares. Depois o Governo do Estado, junto com as Prefeituras, é que vão rediscutir e reencaminhar onde serão feitos esses investimentos.

Então não é possível neste momento, fazer nenhum tipo de emenda, porque se tornaria nula toda a discussão que vem por mais de quatro, cinco anos, entre o Ministério do Turismo, os Governadores dos quatro Estados e o Banco Mundial.

Respeito e reconheço a intenção dos Deputados de querer levar à sua cidade; é legítimo, mas neste processo não tem como modificar.

Gostaria de agradecer a compreensão dos Deputados, que, se modificar, sair dessa discussão, claro que será prejudicado esse projeto.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero aqui fazer um pedido ao Líder do Governo para que possamos votar as emendas, importantes, que foram apresentadas a esse projeto de lei do PRODETUR, emendas que os Parlamentares e representantes de suas regiões apresentaram para fazer justiça a essa autorização que hoje nós Parlamentares estamos dando ao Governo do Estado do Paraná para contratar o empréstimo do BID de sessenta milhões de dólares ou 150 milhões de reais, e agora escutamos nas suas colocações o Líder do Governo Deputado Dobrandino da Silva falar que 38 milhões de dólares serão destinados à região de Foz do Iguaçu e lá na Costa Oeste.

Mas emendas importantes foram apresentadas pelos Parlamentares, como essa apresentada que destina 50% do valor para os Municípios que têm uma ação na área do turismo, que são cadastradas e certificadas junto ao Ministério do Turismo. Também destinando 20% deste valor para consolidar a Rota dos Tropeiros na região dos Campos Gerais, trajeto esse que vai privilegiar todos os Municípios dos Campos Gerais como Arapoti, Carambeí, Castro, Jaguariaíva, Lapa, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Sengés, Telêmaco Borba, Campo Largo, Tibagi, Balsa Nova, Campo do Tenente, Rio Negro, ventania e São João do Triunfo. Também uma emenda do Deputado Neivo Beraldin, que destina trezentos mil reais para o portal de informações turísticas de Campina Grande do Sul.

Também recursos no montante de quatrocentos mil reais, emenda apresentada pelo Deputado Neivo Beraldin, que destina recursos para a construção do Portal lá

no Município de Tibagi, sem contar uma outra emenda do Deputado Ademar Traiano que destina 20% desse valor para poder incrementar os Municípios do então entorno dos Lagos do Rio Iguaçu.

Nada mais, nada menos que justo, Sr. Presidente, os Deputados se preocuparem com as suas bases, com o turismo do Estado do Paraná como um todo. E quando vejo o Deputado Dobrandino aqui falar que temos que aprovar do jeito que está porque não pode ser dividido, alterado, mudado o destino desses recursos, isso me preocupa, porque lá no passado, como em discurso que fiz há minutos atrás, esses recursos já eram destinados para vários pontos turísticos do Estado do Paraná: como o Parque Nacional do Iguaçu, as Cataratas do Iguaçu, Hidrelétrica de Itaipu Binacional, o Parque Estadual de Vila Velha, o Parque Estadual do Guartelá. Recursos viriam no projeto anterior, Sr. Presidente, sendo destinados para a Ilha do Mel, para o Parque Estadual do Pico do Marumbi, para a região de Guaraqueçaba, aqui para a região de Curitiba. Enfim, o que estamos fazendo, é trabalhar no sentido de fazer com que esses cinquenta milhões de dólares, ou melhor, 150 milhões de reais, possam ser distribuídos como um todo para os Municípios que têm pontos turísticos dentro do nosso Estado do Paraná.

Então, não podemos aceitar, como paranaense, como representante da região dos Campos Gerais, como os demais Deputados, cada um representante das suas regiões, como é que o Deputado Leite vai explicar à população do litoral que ele votou contra as emendas que iriam proporcionar recursos lá para a região de Paranaíba, para a região do Litoral como um todo? O Deputado Jocelito Canto tem responsabilidade dentro dos Municípios dos Campos Gerais, como é que ele vai deixar de votar uma emenda que vai ajudar com recursos a rota dos tropeiros? O Deputado Rafael Greca, que é um Parlamentar que teve quase que na sua totalidade uma grande votação em Curitiba, na Capital do Estado, como é que vai justificar para os seus eleitores, vai dizer que num futuro, numa segunda etapa deste programa os nossos Municípios vão ser prestigiados? Se estamos lutando, e o Deputado Rafael Greca quando Ministro do Turismo teve uma importância muito grande para poder fazer com que o Sul do País recebesse recursos desse programa; e agora estamos vendo recursos de lá do ano de 2001 para o ano de 2005, se passaram quatro anos, e para nós destinarmos recursos para os outros pontos turísticos do nosso Estado do Paraná, que não estão contemplados dentro desse programa, dentro desses projetos, quanto tempo vai demorar? Mais quatro anos, mais oito anos?

A hora é agora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados! Vamos defender os Municípios que representamos, Deputado Bradock, nosso conterrâneo, a nossa região dos Campos Gerais, de Ponta Grossa, nos pede: “ajude-nos, vamos destinar uma parte desses recursos para a rota dos tropeiros, para o Parque de Vila Velha, para o Canyon do Guartelá e outros pontos turísticos da nossa região”.

É isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Vamos lá, com consciência, fazer o que é certo, e o incremento no turismo em todo o território paranaense!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Nereu Moura, para encaminhar.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Esse projeto está tramitando aqui na Casa já há alguns dias, merecendo a análise por parte da grande maioria dos Parlamentares.

Vejo aqui o Deputado Dobrandino da Silva, Líder do nosso Bloco, esforçado, justificando a importância, o planejamento, a diretriz que sustentou a criação desse projeto. E eu fico pensando, Deputado Dobrandino, Prefeito de Foz do Iguaçu, o grande beneficiário desse projeto é do PDT; o Prefeito de Santa Helena é do PDT; PP; PL; Marechal Cândido Rondon do PFL; de Guaíra, não sei de onde; de São Miguel do Iguaçu do PDT.

Creio que nós, Governo, quando fizemos esse projeto, não está com o enfoque político, mas com o enfoque baseado na realidade que existe em nosso país. Técnica do governo anterior.

Acho que deveríamos apresentar uma proposta, porque até agora não ouvimos a manifestação do Prefeito de Foz do Iguaçu. Não ouvimos a manifestação dos Prefeitos lindeiros. Estamos ouvindo aqui discursos de Parlamentares de seus Partidos, e nós, aqui, do Governo, defendendo esta proposta. Cadê o Prefeito de Foz do Iguaçu, que vai receber aqui 32 milhões de reais, que é do PDT, adversário do nosso governo? E de Marechal Cândido Rondon? De Santa Helena? De Guaíra? De São Miguel do Iguaçu?

Creio que deveríamos aprovar uma emenda redistribuindo esse dinheiro para o Paraná inteiro. Depois ir lá em Foz do Iguaçu, Santa Helena e no Oeste do Paraná contar o porquê. Esse projeto foi feito pelo governo anterior, um projeto técnico amparado na capacidade turística do Paraná e nós aqui defendendo. De repente, mais que politicamente, vamos ter prejuízos com esse projeto!

Poderia o Governador Roberto Requião, numa outra atitude dizer: “não, vou fazer outro projeto, beneficiar outros municípios”. Mas, o que norteia este governo é o critério técnico; é o critério de onde efetivamente precisa receber recursos para aprimorar a questão do turismo no nosso Estado.

Se eu fosse o Líder do meu Governo, o nosso combativo Deputado Dobrandino da Silva recuaria, apresentaria uma emenda, distribuiria os recursos que até agora não ouvi um único discurso do Prefeito de Foz do Iguaçu, o grande beneficiário.

Gostaria de ouvir, meu caro amigo, Deputado Reni Pereira, que o Prefeito estivesse aqui e conversasse, inclusive com os Deputados da sua Bancada do PDT, para dizer que não poderemos abrir mão desses recursos.

Por que é que vamos pagar um preço alto deste nível, politicamente para atender um projeto técnico e que foi elaborado no governo anterior, como disse aqui o Deputado Elio Rusch?

Ora, sou favorável à emenda do Deputado Valdir Rossoni. Vamos votá-la, vamos pôr um pingô em cima desse i e vamos dizer ao povo do Paraná o que está acontecendo aqui.

Não podemos servir de escada para ninguém subir! Se faz um negócio técnico, se busca dar suporte político, ou vamos fazer aqui o discurso fácil! Quero ver as lideranças que serão penalizadas, se vão dizer uma palavra, porque, até agora “niente”, como diz a nossa colônia italiana.

Muito obrigado!

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, fico perplexo de ver um Deputado como o Nereu Moura fazer um pronunciamento dessa grandeza, com esse rompante, fazendo uma política autofágica.

Pergunto: aonde vamos chegar, fazendo essa política no Estado do Paraná?

Só para esclarecer, esse projeto foi aprovado realmente na época que o ex-Ministro do Turismo, Rafael Greca, estava em Brasília; o Governador era o Sr. Jaime Lerner; o Presidente da República era o Sr. Fernando Henrique Cardoso, mas como disse o Deputado Nereu, é um projeto técnico, e que, quando foi pedida uma cidade que fosse um pólo turístico consolidado, o Paraná só tinha uma cidade com essa característica, até porque pedia uma região com potencial de desenvolvimento. Nós tínhamos a Costa Oeste. Não se trata de egoísmo de Foz do Iguaçu, muito pelo contrário.

Eu dizia ontem que para mim não é nenhuma dificuldade apoiar essa mensagem do Governador; não é nenhuma dificuldade saber que quem vai gerenciar esses recursos é o Governo do Estado que vai pegar o repasse; não é nenhuma dificuldade saber que quem foi nomeado Secretário Especial do PRODETUR é o ex-Prefeito de Foz do Iguaçu, Sâmis da Silva, filho do Dobrandino. Tenho um papel, como Deputado nesta Casa, de representar o Estado do Paraná, de representar o Oeste do Paraná, de representar Foz do Iguaçu, e se eventualmente as verbas não forem aplicadas conforme reza o projeto previamente aprovado, eu também tenho um papel aqui para cumprir com o nosso dever de fiscalização, mas não estou pensando nisso, porque sei que o Governador Roberto Requião, como bem frisou o Nereu Moura, nosso Deputado do Oeste do Paraná também, ele sabe o que é um projeto técnico para desenvolver o turismo.

E também tenho certeza que o Sâmis da Silva, que foi nomeado Secretário Especial do PRODETUR SUL, também sabe da responsabilidade de administrar esse dinheiro. Acho que o interesse político-partidário tem que ficar em segundo plano.

É muito bonito fazer um discurso que não vieram aqui. E pelo contrário, estava hoje, sim, aqui nesta Casa, o Prefeito de Guaíra, que é do PT e inclusive querendo esclarecimento sobre a maneira que se realizaria o PRODETUR. E esses Prefeitos da Costa Oeste, a começar por Foz do Iguaçu, não vieram aqui debater porque ele não tem um mandato de Deputado Estadual. E muito bem fala V. Exa., que é um desgaste político. O desgaste político estaria lá atrás em que elaborou esse projeto e colocou Foz do Iguaçu e a Costa Oeste como prioridade de investimento.

Hoje estamos aprovando aqui um projeto de autorização para a contratação do crédito. Não tem nada a ver para onde estavam destinadas as verbas.

Por isso, Deputado Nereu, V. Exa. sabe que não comungo com a maioria das idéias do vosso Governo Roberto Requião, mas, nesse caso, defendo, porque não o estou defendendo pura e simplesmente, estou defendendo o turismo no Estado do Paraná, porque essa política autofágica, se não aprovarmos o projeto da maneira como está, não vai haver recursos para o Oeste e também não vai haver mais recursos nem para o Centro-Oeste, nem para o Litoral, nem para a Capital, porque, simplesmente numa primeira fase está contemplada de uma maneira desigual, e não é desigual, porque é o critério de igualdade é tratar com desigualdade os desiguais. E Foz, no critério de turismo, que me perdoem as demais regiões do Paraná, é realmente o nosso grande potencial.

Não são as minhas palavras. São palavras do Governador Roberto Requião, que inclusive afirmou na nossa cidade, depois de eleito, que das verbas de turismo que viessem para o Estado do Paraná, 70% ele investiria em Foz do Iguaçu.

Então, faço esse encaminhamento para deixar bem claro para os Deputados que fizeram emendas, que não se trata aqui de um desgaste político deste ou de qualquer Deputado querendo mudar o destino dos recursos. Vamos ter de sacrificar toda uma política de turismo para o Estado do Paraná, porque esse projeto visa meramente autorizar o Executivo, na forma da Constituição, a aceitar esse empréstimo via Banco do Brasil, tendo em vista que o Banco Internacional já destinou os recursos para o Banco do Brasil.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

Só queria dizer ao Deputado Reni Pereira que não existe rompante da minha parte e muito menos a visão, um veio político. O que queremos é que, poderiam, sim, os Prefeitos, virem discutir aqui. Esta Casa discute com todo mundo, com Prefeito, com Vereador, com Lideranças, não há impedimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Nereu, conforme o artigo, para encaminhar a votação, é uma única vez feita pelo Parlamentar.

V. Exa. está encaminhando, está justificando. Vou ter que abrir exceção depois, para quem me solicitar também.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Eu concluo, Sr. Presidente, dizendo que não estou aqui com nenhum rompante. Estou apenas com a lógica.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Presidente, Questão de Ordem?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero esclarecer aos Srs. Parlamentares, que não vou aceitar mais Questão de Ordem no encaminhamento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Entendo V. Exa.

Estou indo à mesma linha de raciocínio do Deputado Nereu Moura. Temos que entender e V. Exa. abriu essa exceção ao Deputado Nereu.

Encerro dizendo o seguinte: não existe nada. O Deputado Jocelito foi claro no seu encaminhamento, outro dia: o Banco Mundial não determina onde tem que investir, quem determina é o emprestador, é quem empresta o dinheiro e quem vai pagar a conta.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Elio Rusch, para encaminhar.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nós nos manifestamos na semana passada, ontem, em relação a esse projeto. Hoje, mais uma vez, encaminhamos o requerimento do Deputado Dobrandino, que pede a votação em bloco das emendas apresentadas. Acho que o projeto é de suma importância para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Paraná.

Eu disse ontem e volto a repetir no dia de hoje, que só desenvolvemos o Estado, o Município e o próprio País, quando existe parceria entre o poder público e a iniciativa privada. Quem alavanca a economia não é o governo. Quem alavanca a economia é a iniciativa privada, as empresas.

O Governo tem que ser um parceiro. Foi exatamente com esta visão que o ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso e o ex-Governador Jaime Lerner entenderam a necessidade, quando o Rafael Greca era Ministro de Estado e Eduardo Sciarra, hoje Deputado Federal, era Secretário de Estado do Paraná. Quando se elaborou esse projeto, ou seja, o PRODETUR, que contempla os 350 milhões de reais para o Brasil - volto a dizer, dividido em quatro estados: Rio Grande do Sul, com cem milhões; Santa Catarina, com cem milhões; Paraná, com cem milhões; e o Mato Grosso do Sul, com cinquenta milhões de dólares.

O Paraná, no ex-Governador Jaime Lerner, apresentou um projeto que foi elaborado pelo corpo técnico, por empresas, e apresentado ao Governo Federal. Tenho toda a documentação desse projeto comigo, onde se contemplavam todas as regiões do Estado do Paraná. São seis regiões que seriam contempladas com esse projeto. Sei que estou encaminhando agora o requerimento, que pede a votação em conjunto dessas emendas, mas devo dizer, nesse encaminhamento, que as seis regiões que seriam contempladas, Deputado Hermas Brandão, no projeto elaborado pelo ex-Governo do Estado do Paraná, pelo Jaime Lerner: Costa Oeste, Campos Gerais, Costa Norte, Vale do Iguaçu, Serra do Mar e Litoral, e a Região Metropolitana de Curitiba. Essas são as seis regiões beneficiadas.

Sei que o tempo me permite, para que eu possa discorrer sobre todas as cidades e quais os projetos que seriam beneficiados em cada região e em cada Município, pelo projeto do ex-Governador Jaime Lerner. Agora, o Governador Roberto Requião encaminha aqui à Casa Legislativa, pedindo - isso é praxe e tem que acontecer, Deputado Valdir Rossoni, -e se a Assembléia não autorizar o Governo do Estado, não tem como fazer esse empréstimo, não tem como nós pegarmos o dinheiro do Governo Federal e nem do Governo Estadual, que é um dinheiro em contrapartida. Ele precisa da autorização legislativa. Onde é que está o erro do atual Governo do Estado?

Ele apenas envia para a Assembléia Legislativa, solicitando uma autorização para contrair esse empréstimo, para complementar exatamente o projeto total, global, que é da PARANATUR, ou que seja o projeto total do Governo Federal, do PRODUTOR, de cem milhões de dólares, mas ele contempla e manda para a Assembléia Legislativa apenas onde está investindo na primeira fase. E é lógico, porque você tem que eleger um "corredor de turismo" e ele elegeu o Oeste do Paraná"! Ele poderia subdividir isso aqui, como fez o ex-Governador Jaime Lerner, contemplando Curitiba, contemplando a Região Metropolitana, contemplando o Litoral, Deputado Rafael Greca, e V. Exa. deve ter todos os documentos, porque também tenho. Por que o Governador não fez isso?

Explica, diz: na primeira fase vamos fazer no Oeste. Na segunda fase será feito nos Campos Gerais. Na terceira fase será contemplado a Costa Norte, Londrina, Maringá, o Norte Pioneiro, o Vale do Iguaçu, a começar aqui na região de União da Vitória e indo até Salto Caxias, beneficiando todos os municípios. Por que o Governador não fez isso?

Com toda a certeza nós estaríamos discutindo hoje esse projeto, e com toda a certeza estaríamos votando-o. Acho que por unanimidade. Mas, nós estamos votando na verdade - e me desculpem os Srs. Deputados e o Líder do Governo - um cheque em branco! Nós estamos votando agora apenas para completar a região Oeste.

É a minha região, sim! E devo dizer ao Deputado Nereu Moura que foi muito infeliz quando V. Exa. fez

menção a Marechal Cândido Rondon, que lamentavelmente está contemplado com menos de um milhão de reais. 1% do total!

Que discriminação é essa, Deputado Nereu Moura? Só porque é para o Prefeito do PFL se dá um milhão e se dá setenta milhões para Foz do Iguaçu? Isso é discriminação, Deputado Nereu Moura! Dá para Entre Rios duzentos mil. O que é isso?

Então, vamos falar a verdade, vamos falar números!

Sou do Oeste e quero desenvolver, sim, a minha região. Agora, jamais fazer sacanagem com nenhum Município e nem ao Estado do Paraná! Isso não posso admitir! E até fiz um pedido ao Deputado Rafael Greca na semana passada e ontem ainda, aqui, usei o Horário do PFL e pedi ao Deputado Rafael Greca: Greca, por favor, o senhor é do PMDB; peça para o Governador Roberto Requião que envie, quando o projeto vier à segunda discussão, que diga quais as demais regiões que serão contempladas na segunda fase. Claro e objetivo, como fez o Governador Jaime Lerner. Está aqui claro, quando disse: na primeira etapa serão contemplados estes municípios e as outras etapas são contempladas depois. Por que não se faz isso?

Com toda a certeza o Deputado Valdir Rossoni, Deputado Barbosa Neto, Deputada Elza Correia, todos os Deputados de todas as regiões do Estado do Paraná estaríamos votando sem maiores discussões. O Deputado Plauto, dos Campos Gerais, o Deputado Jocelito, nós estaríamos votando favoravelmente, como vou votar a favor desse projeto.

Não vou contra o projeto, contra o Paraná. Mas, tem que ficar registrado, claro, que se está escondendo alguma coisa! Por que você pede autorização de cem milhões - projeto total - e apenas você especifica noventa milhões na primeira fase. E a segunda fase, será aplicada aonde?

Esse é o questionamento que se tem que fazer.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Aí é outra discussão, Deputado.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Mas nós estamos autorizando o empréstimo do projeto total, é global! Caberia ao Governo explicar isso aí!

Nós sabemos que temos prazos, mas isso tem que ser dito e temos que reconhecer isso!

Nós somos, Deputado Nereu Moura, Oposição ao Governo do Paraná, sou Oposição, sim, mas não sou oposição radical!

Não sou, Deputada Elza Correia, e nenhum dos Deputados da Oposição, do quanto pior melhor e a senhora foi muito infeliz quando disse isso hoje, com todo o respeito que devoto a V. Exa., mas nós não!

Fizemos Oposição coerente, com responsabilidade, mas a oposição, sim, Deputada Elza, e não admito, porque esse chapéu e esse sapato não me servem! Sou

Oposição ao Governo do Paraná, mas não oposição ao Estado.

Isto tem que ficar claro. Todos os projetos, inclusive o Deputado Durval Amaral que foi Líder do Governo passado...

(Término do tempo)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu peço a V. Exa. que conclua.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Eu concluo.

Ele faz sessões extraordinárias na CCJ segunda, terça, quarta para votar projetos, e eu como Presidente da Comissão de Finanças também faço e os Deputados sabem disso, o trabalho que nós estamos fazendo. Não existe um projeto na nossa Comissão que seja de interesse do Governo, que esteja parado!

Então, nós fazemos Oposição com responsabilidade, mas que o povo do Paraná e a região de Curitiba, através do Canal 21, têm que saber da verdade, aquilo que nós estamos discutindo e aquilo que nós estamos votando.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu quero esclarecer ao Plenário que no bojo do projeto não faz menção a qualquer região. O projeto em si não faz menção, o anteprojeto que nós estamos votando não faz menção a qualquer região, sim, no encaminhamento da mensagem que faz, nós não estamos aprovando, estamos aprovando um empréstimo para o Estado, sem definir as regiões. Nós aqui não estamos definindo região.

Está aqui na mensagem do Governador, que peço, inclusive, que o 1º Secretário faça a leitura.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Sr. Presidente, para encaminhar...

(vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Posteriormente, posteriormente.

Determinei ao 1º Secretário que faça a leitura do projeto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

(**Procede à leitura do Projeto de Lei nº 232/2005**)

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O senhor já encaminhou duas vezes.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não é questão de encaminhamento. V. Exa., como Presidente fez uma colocação da qual discordo completamente. Deixe-me justificar, Sr. Presidente. Tenho certeza que sempre nos entendemos, ao longo de nossa história política, não é nesse momento que vamos nos desentendermos! Podemos pensar ao contrário, num projeto.

Sr. Presidente, quando V. Exa. diz que não estamos destinando estes recursos para uma determinada região... Vou passar a ler aqui...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós falamos, nobre Deputado e V. Exa. deve concordar: no bojo do projeto não está destinado a qualquer região, está na justificativa. Justificativa nós não votamos, votamos projeto.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas há algo mais importante do que a justificativa de um projeto?

Sr. Presidente, passo a ler - primeiro quero dizer a V. Exa. que li o projeto e a justificativa, então quando V. Exa. mandou o 1º Secretário fazer a leitura, não cabe a estes Parlamentares da Oposição, porque nós lemos o projeto. Nós lemos o projeto!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pergunto a V. Exa: quando aprovamos um projeto aqui, que depois é sancionado ou vetado e publicado no Diário Oficial, é publicado o quê?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quero dizer a V. Exa. que vou passar a ler aqui apenas o que estamos discutindo, com inteira razão.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, o Regimento ampara-me: questão de ordem!

Sr. Presidente, qual é a questão de ordem que o Deputado Valdir Rossoni está levantando para V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ele levantou uma questão de ordem em relação a que determinei a leitura do projeto e concedi a palavra ao nobre Deputado.

Está assegurada a palavra ao Deputado Valdir Rossoni e peço que V. Exa. seja rápido também.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

V. Exa. está usando dois pesos e duas medidas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está assegurada a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

Decisão presidencial. V. Exa. poderá recorrer à Justiça, se for o caso.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

V. Exa. está sendo injusto com o Presidente, porque ele está defendendo os interesses do Governo como magistrado.

(Lê):

“Para a fase de negociação do programa, o Banco Interamericano de Desenvolvimento em conjunto com o Ministério do Turismo, solicitou que os Estados destacassem uma área prioritária para ser desenvolvido o Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável.”

O que quer dizer isso? Quer dizer que: “tendo como condicionante que a área deveria ter uma cidade pólo com turismo internacional consolidado em torno, com potencial.”

Só quero dizer o seguinte: o Governo se condena na sua justificativa. Por que ele se condena? Ele diz que o Banco Interamericano diz que tem que ter uma cidade pólo de turismo internacional. Quem me diz que o turismo internacional é só Foz do Iguaçu? Curitiba não é?

“Com este perfil, no Estado do Paraná, encaixou-se o Município de Foz do Iguaçu...” Quer dizer, colocaram o Município de Foz do Iguaçu, “e a região do Lago de Itaipu até o Município de Guaíra”. Quer dizer, se o Governo do Paraná quisesse, poderia usar os mesmos termos e encaixar o Município de Curitiba, até esqueço Guaratuba - estou vendo aqui representantes de Guaratuba, esqueço o litoral.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Volto a afirmar, nobre Deputado, que aqui no bojo do projeto não temos qualquer determinação que seja aplicado em qualquer região do Estado.

Está aberto para ser aplicado no Estado todo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, o senhor tem que entender as minorias. É um direito das minorias...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estou entendendo, tanto é que V. Exa. está encaminhando pela terceira vez! Temos mais quatro inscrições.

Estão encerradas as inscrições, porque só dez Deputados podem encaminhar. Estão inscritos Chico Noroeste, Luiz Carlos Martins, Rafael Greca e Elza Correia. Fora, os demais não estão inscritos.

Com a palavra o Sr. Deputado Chico Noroeste.

(**Tumulto no Plenário**)

O SR. JOCELITO CANTO (Sem Partido) (**Pela Ordem**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero que V. Exa. informe qual o artigo que está sendo violado. Está assegurada a palavra ao Deputado Chico Noroeste.

Não vou conceder mais apartes, porque no encaminhamento inclusive não tem aparte.

O SR. CHICO NOROESTE (PL) (**Para Encaminhar**)

Com relação a este projeto, eu tive a preocupação...

(**Tumulto no Plenário**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A palavra está assegurada ao orador.

O SR. CHICO NOROESTE (PL)

O Ministério do Turismo, e lá eles me diziam que falta apenas o Estado do Paraná para aprovar essa lei, que autoriza o Governador a contratar o empréstimo. Quer dizer, todos os demais Estados, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul já aprovaram as suas leis e já estão no Ministério do Turismo. Falta apenas o Estado do Paraná, e se nós formos aprovar aqui uma Emenda, e se o Governador do Estado do Paraná resolver vetá-las, evidentemente, que vai atrasar ainda mais o andamento deste projeto, o projeto do PRODETUR (Programa de Desenvolvimento do Turismo do Sul do País).

E quero, aqui, enaltecer o Governador Requião, porque é evidente que cidade turística com característica de turismo internacional, é verdade, só temos a cidade de Foz do Iguaçu, que já ocupou o quarto lugar no ranking nacional, hoje passou a ocupar o sexto lugar perdendo duas posições. Portanto, uma cidade como Foz do Iguaçu expoente do turismo no Estado do Paraná e também no Brasil, conhecida em todo o Estado do Paraná, em todo o Brasil e a nível Internacional como sendo uma cidade turística, como sendo uma cidade em potencial para o desenvolvimento do turismo.

E além disso, Sr. Presidente, embora a cidade de Foz do Iguaçu tenha essa característica, tenha a sua atividade econômica baseada no turismo, é uma cidade que passa por muitas e muitas dificuldades. Lá hoje estamos com aproximadamente quarenta mil pessoas desempregadas! Foz do Iguaçu não era, hoje infelizmente é, a cidade mais insegura do Brasil. Estamos convivendo hoje com aproximadamente cinco mil famílias morando em favelas; saúde pública, uma precariedade!

Portanto, esta atividade, o turismo, que é a principal atividade econômica da nossa cidade precisa ser preparada com infra-estrutura, que traga crescimento, que traga desenvolvimento, que traga emprego à nossa população.

Portanto, quero fazer um apelo a todos os demais Deputados, até porque já conversei também com o Secretário de Turismo, Celso Caron e ele me dizia que aqui é apenas a primeira fase, certamente terá a segunda, talvez a terceira fase.

Portanto, é preciso darmos condições do Governo do Estado dar esse primeiro passo, passo certo, que é o investimento em uma área que tem potencial turístico no Estado do Paraná.

O SR. EDSON PRACZYK (PL) (**Pela Ordem**)

Apenas para registrar a presença dos três vereadores de Prudentópolis, Júlio, do PT; Giovan, do PP e Iros-lau, do PSC.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Sem Partido)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas...

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (**Pela Ordem**)

Artigo 171 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A palavra está assegurada ao Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Sem Partido)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Esse projeto, na ocasião em que tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça, foi dito a todos nós, pelos integrantes do Governo, pelos interessados no projeto, principalmente os Deputados da região de Foz do Iguaçu, que se demorássemos para aprová-lo, íamos perder o dinheiro. O Banco Mundial não mandaria mais o dinheiro e, nas entrelinhas, seríamos responsabilizados pela não vinda dos 60 milhões de dólares.

Diante disso, ficamos sensibilizados e devolvemos o projeto, visto que eu tinha pedido vistas do mesmo.

Essa era a orientação do Governo e para nossa surpresa, vem o Líder do Governo, um grande líder - e merece todo o nosso respeito - Deputado Nereu Moura, levanta a questão, dizendo que tem que votar agora a favor do requerimento do Deputado Elio Rusch, é um cheque em branco. Concordo com V. Exa. Concordo com V. Exa. mas acima de tudo, é um cheque em branco, mas com direção, com endereço: Foz do Iguaçu. Tem endereço.

Então, quero fazer um apelo. Há dúvidas e nós temos que dirimi-las. O Plenário existe para isso e aqui cabe também uma questão, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Quem é que vai gerenciar esse dinheiro, esse montão de dinheiro? É bastante! 60 milhões de dólares! É dinheiro que não acaba... Aqui no Brasil se fala em milhões como se fala em milho. Sabe milho que se dá para galinha? É! É interessante, é muito dinheiro. 60 milhões. Como é que fica Curitiba e Região Metropolitana? Como é que fica o nosso litoral, só lembrado nas campanhas políticas? Como é que fica Ponta Grossa e o Norte Pioneiro? Tão esquecido o Norte Pioneiro! Como é que fica? Nós queremos saber.

Então, há dúvidas e se há dúvidas, este Plenário tem que dirimi-las e discuti-las. Nós todos temos responsabilidade, sim. Então, Deputado Dobrandino, a quem todos nós temos um carinho e um respeito muito grande,

na Comissão de Constituição e Justiça, fomos levados a acreditar que se nós não aprovássemos esse projeto, o Paraná ia perder 60 milhões de dólares. Aí então, aprovamos e para a nossa surpresa, o Deputado Nereu Moura, que é do Governo, do PMDB, grande Liderança, vem à tribuna e diz o contrário! Como é que nós ficamos? Não que nós sejamos contra V. Exa. Não é isso, pelo contrário! Eu vou votar a favor do requerimento do Deputado Valdir Rossoni.

Nós, da Comissão de Constituição e Justiça, fomos orientados de que se não aprovássemos, o Paraná ia perder esse dinheiro. Até levantei uma questão e depois fui chamado à atenção pelo Deputado Hermes Fonseca. Estamos aprovando esse projeto em afogadilho. Aí o Deputado Hermes Fonseca disse que ele está na Casa desde o dia 27 de abril. Confere, Sr. Presidente, esse projeto está na Casa desde 27 de abril? E os outros Estados mandaram antes?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Dia dois de maio.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Sem Partido)

Deu entrada no dia 2 de maio nesta Casa. E os outros Estados que já aprovaram? Quando é que as mensagens foram? O ano passado. Por que nós temos que aprovar no afogadilho, na pressa? A pressa é inimiga da perfeição. Então, são colocações que faço porque temos que defender todo o Estado.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL (PL) (Pela Ordem)

Sr. Presidente artigo 175 do Regimento.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Artigo 104.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Pela Ordem)

Artigo 104, 5ª do Regimento Interno.

O SR. DURVAL AMARAL (PL) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, artigo 171 e 105 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O artigo 171 fala o seguinte: É da Sessão 4ª do encaminhamento da votação. No encaminhamento da votação será assegurada a palavra a qualquer Deputado para encaminhar, pelo prazo de dez minutos. Cinco Deputados a favor e cinco contra. Estamos fazendo esse controle.

O SR. DURVAL AMARAL (PL) (Pela Ordem)

Só cinco Deputados é que vão votar favoravelmente e cinco contrariamente. V. Exa. anunciou os Deputados de maneira equivocada. O Deputado Plauto encaminhou o requerimento contrariamente, o Deputado

Rossoni encaminhou contrariamente, Deputado Elio Rusch encaminhou contrariamente e o Deputado Luiz Carlos Martins encaminhou contrariamente. O Deputado Durval Amaral pede a inserção na Mesa, porque quer encaminhar contrariamente.

Cinco alternado e ainda pela ordem o artigo 105 do Regimento Interno, nobre Presidente, o senhor que é sabedor mais do que eu, sabe que qualquer Parlamentar pode, a qualquer momento da Sessão, levantar a questão pela ordem, e ao Presidente cabe conceder a palavra e efetivamente não pode cassar.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O orador não indique desde logo o artigo do Regimento Interno sobre o qual paira a dúvida ou que está sendo desobedecido o andamento do trabalho.

O SR. DURVAL AMARAL (PL) (Pela Ordem)

Eu indiquei, Sr. Presidente, como respeito V. Exa, mas efetivamente é uma Sessão tumultuada, mas a Questão de Ordem tem que ser levantada no momento certo.

Assim tenho feito sempre.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Questão de Ordem)

Artigo 104, parágrafo 4º.

Em qualquer fase da Sessão poderá o Deputado solicitar pela ordem para esclarecer dúvida sobre disposição regimental ou reclamar observância da disposição expressa no Regimento Interno, exceto nos momentos das votações.

Foi exatamente essa minha reclamação quando o fiz, e V. Exa, me cortou a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra a seguir, Deputado Rafael Greca.

O SR. JOCELITO CANTO (Sem Partido)

O artigo 104, eu fui o primeiro a pedir para V. Exa. e esperei com muita educação. Tenho o mesmo direito que os outros Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Mas, ninguém falou que o senhor não tem o mesmo direito.

Aqui os 54 Deputados têm os mesmos direitos.

O SR. JOCELITO CANTO (Sem Partido)

V. Exa. atendeu a todos e não atendeu a mim!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu quero saber qual é o artigo que nós estamos diferindo.

O SR. JOCELITO CANTO (Sem Partido)

Artigo 104, Sr. Presidente. Mas, o Deputado pede o direito o senhor tem que atender, eu estou pedindo para falar. Questão de Ordem, só isso, nada mais.

V. Exa. increva-me depois das emendas, porque o senhor já determinou um número X de Deputados que irão falar. Eu só quero consultar se na seqüência, depois do encaminhamento do requerimento, eu quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O que V. Exa. quer, encaminhar o requerimento?

O SR. JOCELITO CANTO (Sem Partido)

A minha inscrição depois do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Conforme o Deputado Durval e a questão de ordem do Deputado Durval tem realmente que ser deferida pela Presidência automaticamente, a Deputada Elza e o Deputado Rafael encaminhar contrário ao requerimento automaticamente já foram cinco contrários.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Eu vou encaminhar a favor, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (Sem Partido)

Porque nós estamos encaminhando o requerimento, não é, Sr. Presidente? Eu quero encaminhar o projeto depois, só isso, nada mais.

O SR. ADEMIR BIER (PMDB) (**Pela Ordem**)

Registrar a presença do Prefeito Elias, de Medianeira; o seu vice-Prefeito Ricardo; do Vereador de Terra Roxa, o Edgar; o nosso companheiro Kiko e o ex-Prefeito, Pedro.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nossos cumprimentos aos ilustres visitantes.

Passo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esse programa que nós estamos discutindo e que o Deputado Dobrandino da Silva quer que seja aprovado pela discussão em bloco das emendas ou como quer o Governo sem emenda alguma, é um programa que resulta da parceria entre o Ministério do Turismo, o Banco do Brasil e os estados e municípios do CODESUL, os quatro estados do Sul, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O Programa inteiro é um só, se nós o rejeitarmos, também estaremos fazendo mal ao turismo do Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. É de grave responsabilidade o momento da votação. Quando fui Ministro do Turismo e criei esse programa eu o fiz porque o Nordeste já estava indo para o terceiro PRODETUR. E lá no Nordeste os políticos não discutem quando se trata de levar dinheiro para os Estados. Lá não há essa cizânia menor da pecuinha de colocar Curitiba contra Foz do Iguaçu, Ponta Grossa contra Paranaguá, Paranaguá e

Ponta Grossa contra Foz do Iguaçu. Lá no Nordeste há a união inteligente política de gente com quinhentos anos de tradição histórica, e que sabe muito bem levar os seus recursos para os seus estados.

O Banco do Brasil vai captar os recursos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. E vai emprestá-lo aos estados e municípios. Os estados e municípios aportam a contrapartida. As ações do programa são planejadas e desenvolvidas regionalmente em áreas prioritárias. Nós vamos pedir o dinheiro para o Banco Interamericano, temos que seguir a sistemática do Banco ou então nós não vamos ao Banco Interamericano. O que é que o Banco exige. Exige que se defina uma área prioritária. Em Mato Grosso do Sul foi definida a área de Bonito. Em Santa Catarina o Governador é de Joinville e queria definir a área de Joinville e foi derrotado. O Banco pediu que fosse definido a área de Camboriu e Florianópolis. Os balneários de grande fluxo turístico Internacional.

No Rio Grande do Sul já há mais maturidade política, foi definida a Serra Gaúcha e o Rio Grande do Sul tem as Missões Jesuítas, tem a beleza de Pelotas da cidade Rio Grande. Mas o Rio Grande do Sul ficou com a Serra Gaúcha, porque Gramado e Canela concentram o fluxo turístico.

No caso do Paraná a área prioritária é a área de Foz do Iguaçu e do Lago de Itaipu. O Deputado Hermas Brandão tem razão na autorização não há grafia de nenhuma área, mas na sistemática do Banco é preciso mostrar a área prioritária. E Foz do Iguaçu pode pagar com o Movimento Turístico e o Desenvolvimento do Turismo Sustentável pode pagar a contrapartida. Curitiba poderia também pagar, Deputado Rossoni, claro que poderia pagar! A minha Curitiba já recebeu um empréstimo do BID quando eu fui Prefeito, de 150 milhões de dólares norte americano, com os quais fizemos as ruas da cidadania, a rede metropolitana de transporte. E sobrou dinheiro para que fazer dos 23 parques da cidade, 8 deles. Inclusive ligados com o ônibus da linha turismo. A minha Curitiba ela tem hoje o maior fluxo turístico de Foz do Iguaçu. Só que ela não precisa dos recursos do PRODETUR, porque os recursos do PRODETUR - é dever dos paranaenses pensar assim - os recursos do PRODETUR têm que ser para o grande destino turístico, o lugar mais bonito do mundo que é o conjunto das Cataratas do Iguaçu e da Foz do Iguaçu, lá no berço do Rio Paraná, lá onde está a Itaipu e aonde estão os campos férteis do oeste do Paraná.

Nós não podemos raciocinar com raciocínio de paróquia e de picoinha, nós temos que dar a Foz do Iguaçu o que Foz do Iguaçu merece. Lá está o rio que nasce aonde nós nascemos, lá está o espetáculo mais bonito das miríades de borboletas amarelas que vão e voltam entre os jorros das cascatas, lá está a floresta do Parque Nacional do Rio Iguaçu.

O que que o projeto prioritário prevê?

Vinte e quatro milhões para Foz do Iguaçu, oito milhões para cidades vizinhas de Guaíra até Santa Terezi-

nha de Itaipu, prevê o restauro de prédios históricos como o do Edifício da Companhia Mate Laranjeiras no Porto de Guaíra, ou o restauro do prédio histórico do Cassino do Iguaçu em Foz do Iguaçu.

O que que o projeto prevê?

Prevê a balneabilidade dos balneários das cidades do oeste do Paraná, aonde se fez praia mas se lança esgoto, e aonde há esgoto não há turismo. O projeto prevê o investimento de trinta e dois milhões de dólares, prioritariamente no oeste; e sobram quantos? Sobram sessenta e oito milhões de dólares para serem investidos no Litoral, como me dizia hoje o Governador Requião que vai ser o próximo PDITZ, Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, e depois nos Campos Gerais. E por último, e por fim, na região metropolitana de Curitiba que há atrações turísticas para serem valorizadas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Artigo 149: O Deputado que usar a palavra sobre a proposição em discussão não poderá desviar da questão em debate e falar sobre. Então, eu quero dizer a V. Exa. Sr. Presidente, que nós estamos apenas discutindo o requerimento para a votação em bloco. Nós não estamos discutindo o mérito, na questão do mérito nos encontraremos, Deputado Rafael Greca, mas agora nós estamos discutindo a votação em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu peço ao orador que está ocupando a tribuna que encaminhe o requerimento.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

A votação em bloco das emendas não se separa do mérito desse projeto. É preciso dizer ao Paraná e aos paranaenses, pela televisão, que a Assembléia do Paraná está faltando com a grandeza histórica necessária a esse projeto, previsto para vinte e cinco anos, com cinco anos de carência, com vinte anos de desenvolvimento. O Governador Requião encaminhou o Projeto de Desenvolvimento Sustentável instruído no Governo Fernando Henrique Cardoso e Jaime Lerner, o Governador Requião não fez disso uma bandeira política.

Agora, a Oposição sim, aqui hoje está tentando fazer uma confusão, apontando emendas aonde não cabem emendas, tentando pedir a um banco internacional, a um banco interamericano que nos dê um empréstimo e a gente criando as regras do empréstimo, sem que a gente siga as regras do empréstimo. Eu peço para a Assembléia a grandeza que teve a Câmara Municipal de Curitiba quando até o PT votou a favor do empréstimo do BID para Curitiba, votou-se por unanimidade na Câmara de Curitiba, com essa inteligência, que é também a inteligência nordestina de não se dizer não a aporte de dinheiro, de não se dizer não a aporte de recursos, de não se criar a trava da mesquinha, obtusidade, da ignorância, aonde se vê e se antevê o grande futuro do turismo.

O que se antevê é o desenvolvimento do turismo do Estado. E o desenvolvimento do turismo do Estado ou começa por Foz do Iguaçu, porque só presta para ser visitado um lugar que é bom para seu povo ou não começa por lugar nenhum. E daí também se sepulta o PRODETUR do Sul. O meu sonho, a nossa razão e também se condena o Mato Grosso para Bonito; o Rio Grande não ter dinheiro para a Serra Gaúcha e Santa Catarina não ter dinheiro para seu litoral.

É da Assembléia que se pede pela votação em bloco, a inteligência e a grandeza de entender que estamos votando para o futuro.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A favor preencheram os cinco Deputado.

Com a palavra o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero realçar que neste momento estamos apenas encaminhando o requerimento que pretende a votação em bloco de todas as emendas. Nada mais do que isso.

Pelo pronunciamento do Deputado Rafael Greca que me antecedeu dá a impressão que todos somos contra Foz do Iguaçu. Se valesse esse raciocínio poderíamos ter a mesma conclusão que o Deputado Rafael Greca seria contra a cidade de Curitiba. Tenho certeza que nem nós somos contra Foz do Iguaçu e nem o Deputado Rafael Greca é contra a cidade de Curitiba.

A questão das várias emendas apresentadas a esse projeto é muito mais em razão do equívoco elaborado pelo próprio Governo do Estado.

Por que o equívoco? O PRODETUR é um programa do BID, do Governo Federal, do Governo do Estado do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso que receberão recursos através do Banco do Brasil.

Já deixamos há muito o ensino de primeiro grau, para sabermos que não é o BID que vai impor ao povo brasileiro qual é a vontade de um organismo internacional.

Essa estória não cola, não se justifica nem para aquele aluno do 1º ano do 1º grau, quanto mais a um parlamento tão seletivo como é o da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Não se trata de ser contra a cidade de Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu é uma cidade conhecida no mundo inteiro. Uma das cidades mais importantes do turismo do Brasil. Quantos são os estrangeiros que visitam e ficam apaixonados por Foz do Iguaçu. Quem, em sua consciência pode ser contra Foz do Iguaçu? Ninguém!

Quem pode ser contra o desenvolvimento do turismo na costa Norte? Quem pode ser contra o desenvolvimento do turismo em Ribeirão Claro?

Certamente, Deputado Neivo Beraldin, V. Exa. sempre fala para a torcida, nós conversamos com o povo

do Paraná. Não estamos fazendo discurso para aqueles que estejam em casa nos ouvindo, mas para aqueles que sabem a importância do seu voto. E não nos importamos de ficarmos aqui até 8, 9 horas da noite. Aliás, se eu me pautasse pela imprensa por certo não defenderia tantas questões que só dizem respeito à sociedade paranaense.

Por isso, como posso ser contra os Campos Gerais; como posso ser contra a Lapa; como posso ser contra Guaraqueçaba; como podemos ser contra Paranaguá ou Antonina? Não é possível. E aí reside justamente o equívoco do Governo do Estado. Aquilo que estamos denunciando desde o primeiro dia, dessa tribuna: que o governo acaba se atrapalhando na sua própria incompetência administrativa. E digo mais: se neste governo tivéssemos secretários de Estado com a metade da capacidade intelectual e administrativa do Governador Roberto Requião, o governo estaria numa condição muito melhor.

Chega-se depois de quase dois anos e meio a uma conclusão de se priorizar única e tão somente a região de Foz do Iguaçu.

É um equívoco porque o PRODETUR como estava antes estipulado, dividia e contemplava todas as regiões do Estado do Paraná; contemplava a costa oeste. E aqui tenho até os valores que estavam contemplados na costa oeste. Valores mais modestos sim, mas atendia a costa oeste. Contemplava a região metropolitana de Curitiba, contemplava os Campos Gerais.

Na primeira fase do PRODETUR, porque hoje mudaram a primeira fase, nobre Presidente. Porque agora na primeira fase se priorizou somente e isso está colocado inclusive na síntese do PDITS de Foz do Iguaçu e região, e quem fez essa escolha foi efetivamente o atual Governo. E quem discriminou as demais regiões do Estado para primeira fase, foi esse atual Governo.

Por que razões? Não cabe a mim vir aqui e dizer quais as razões. Cabe uma explicação do Governo do Estado. O porquê que ele excluiu, por exemplo, na primeira etapa na costa norte, para os Deputados do norte do Paraná, estava lá: Ribeirão Claro. Fortalecimento do entorno de Ribeirão Claro como pólo de turismo rural através da implantação da infra-estrutura necessária e da adequação de fazendas e propriedades rurais existentes para o uso turístico, com o objetivo de consolidar Ribeirão Claro como pólo de desenvolvimento do turismo junto ao reservatório de Xavantes.

Caminhos do Café, para os nobres Deputados da região de Londrina. Estava lá: obras de reciclagem das antigas estações de café na região recuperando-as para uso turístico e comunitário das estações símbolos do ciclo do café do norte pioneiro.

E aí vai. Para inúmeras regiões, por exemplo: aqui mesmo para Foz do Iguaçu estava previsto o espaço das Américas. E vários e vários benefícios para Curitiba. E para Antonina e Paranaguá.

Aí, o Governo, equivocadamente resolveu: vamos esquecer a primeira etapa. Porque parece que tudo o que

foi feito não prestava. Vamos esquecer a primeira etapa e a primeira etapa nossa agora é só Foz do Iguaçu.

Quem está certo? O governo atual? Ou o PRODETUR como ele estava já encaminhado ao BID, já também com todos os projetos envolvidos que contemplava todas as regiões do Paraná. Ou os principais pólos turísticos.

Essa é a questão. É um só gótico realmente. Quem está correto? Os técnicos que elaboraram o PRODETUR para todos os pólos turísticos do Estado ou os técnicos que agora resolveram privilegiar única e tão somente Foz do Iguaçu?

Claro, nós todos quando formos votar o projeto, claro que vamos votar favoravelmente. Mas, não podemos aceitar o equívoco, nobre Deputado Valdir Rossoni, de rejeição de todas as emendas. Até porque as rejeições das emendas é de um equívoco sem precedente. Claro que existe algumas emendas que não podem mesmo ser aprovadas. Mas isso é muito mais uma questão de articulação e de entendimento, para que possamos aprovar, por exemplo, a emenda de V. Exa., do Deputado Valdir Rossoni. Porque ela em nada contraria o projeto. Antes que alguém me questione como Presidente da CCJ, elas receberam parecer contrário na Comissão de Constituição e Justiça, pauto-me com muita tranquilidade - procuro o Deputado Luiz Carlos Martins, que lá está -, ajo como um magistrado na Comissão de Constituição e Justiça. Não fico discutindo e debatendo parecer de relator. Isso é função dos demais Deputados que compõem a CCJ. Quando tenho que decidir, quando sou voto Minerva, automaticamente justifico e defino o meu voto.

Faço um apelo ao Deputado Dobrandino, vamos buscar um entendimento, para acolher algumas emendas que podem ser acolhidas. Essa emenda da Oposição liderada, aqui, pelo Deputado Valdir Rossoni e deixaremos de obstruir e automaticamente iremos para a votação. Porque no projeto em si nenhum Deputado, nem da Situação e nem da Oposição vai votar contra esse projeto, que desenvolve o turismo no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

Quero informar o Plenário que o Neivo Beraldin pediu a retirada das suas emendas nº 01 e nº 02. Temos três emendas somente. A emenda nº 03, do Deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiada por mais de dez Deputados. Tem uma emenda do Deputado Ademar Traiano, de nº 04. E uma emenda do Deputado Plauto, de nº 05. Não temos mais no bojo do projeto as emendas 01 e 02 que foram retiradas pelo autor.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Dobrandino da Silva, que requer votação em bloco das emendas de plenário.

Chamada nominal, a pedido do Deputado Dobrandino da Silva.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)
(**Procede à chamada nominal**)

Trinta e nove (39) Srs. Deputados responderam a chamada.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para justificar a ausência da Deputada Luciana Rafagnin que está em Brasília no Congresso da União de Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrada a justificativa da ausência da Deputada Luciana Rafagnin.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, gostaria, como o debate foi extenso, se V. Exa. pudesse dar oportunidade dos líderes da oposição e do Governo orientarem as suas bancadas?

(**Assentimento do Presidente**)

Gostaria de orientar aos Srs. Parlamentares que quiserem votar favorável a todos os municípios que têm potencial turístico votem contrário ao requerimento do Deputado Dobrandino. Depois vamos votar o projeto, depois é outra questão. Agora votamos contrário para atender os municípios com potencial turístico.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Quero pedir à Bancada de Apoio ao Governo que nos acompanhe votando a favor do requerimento e contra a votação das emendas deste, em bloco.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o requerimento.

Aprovado.

Será feita a verificação de votação, a pedido do Deputado Valdir Rossoni.

Os Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Dobrandino queiram levantar-se. Vinte e seis, favoravelmente.

Os que votam contrário ao requerimento do Deputado Dobrandino. Doze Deputados.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, gostaria de enumerar os Deputados que votaram contrário ao requerimento: Deputados Scarpellini, Luiz Carlos Martins, Barbosa Neto, Durval Amaral, Elio Rusch, Jocelito Canto, Pedro Ivo, Plauto Miró e Waldir Leite.

Gostaria que ficasse registrado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está registrado nas notas taquigráficas.

Aprovado o requerimento. As emendas serão votadas em bloco.

Para encaminhar temos inscrito o Deputado Jocelito, Rossoni...

Vou consultar se é favorável ou contrário às emendas, Deputado Jocelito, como vai encaminhar?

O SR. JOCELITO CANTO (**Sem Partido**)

A favor das Emendas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Favorável às Emendas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Scarpellini?

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Sr. Presidente, se fizermos apenas um encaminhamento das emendas, eles têm direito a...?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Até cinco cada; cinco favorável e cinco contrário.

O Deputado Elton vai querer encaminhar?

Então, as inscrições são 3, e pela ordem de inscrição Deputado Jocelito, por 10 minutos.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Gostaria que incluísse o meu nome para encaminhamento favorável.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já está inscrito. Já está inscrito também o Deputado José Domingos Scarpellini.

O SR. JOCELITO CANTO (**Sem Partido**)

Sr. Presidente, vou fazer um encaminhamento bem técnico, e gostaria que o Deputado Greca, que fala alto, não me atrapalhasse aqui, porque até quero dirigir-lhe algumas palavras.

Sr. Presidente, vou começar pelo Deputado Greca. Ele disse, recentemente aqui, e esta Assembléia é testemunha de que quando fui Prefeito de Ponta Grossa - a bem que estou cassado momentaneamente agora e isso tem me entristecido um pouco, porque às vezes você quer falar e às vezes estou mais para Roberto Jefferson, com vontade de falar, mas não posso. Mas o Deputado Greca, disse outro dia que eu apresentei-o com quadros de Ponta Grossa e da paisagem dos Campos Gerais.

Quando damos presente a alguém, geralmente é porque queremos demonstrar àquela pessoa que gostamos dela, que queremos receber o mesmo carinho dela também, receber o mesmo respeito que temos por ela. Quando Prefeito, fui várias vezes ao Ministério. Acho que fui umas dez ou doze vezes lá falar com o Deputado Rafael Greca. Infelizmente, não arrumei nada, nenhum centavo. Não sei se fui mau, se o Greca não gostava de mim, não sei; não arrumei nada. Eu fui incompetente. Isso que eu fui! Não arrumei nada, mas levei os quadros ao Deputado Greca para que ele, toda vez que visse aque-

les quadrinhos de Vila Velha, dos pintores dos Campos Gerais, que ele tem uma presença cênica perfeita, ele olha para o quadro e sabe quem é e de onde que é, porque ele é um homem da cultura. É um homem culto - sou um jacuzão, como se diz. Mas ele olha para o quadro e sabe o que ele simboliza.

Então, o Deputado Greca quando recebeu aqueles quadros, pensei: Meu Deus do Céu, ele vai ter sensibilidade, vai lembrar de nós, vai lembrar dos Campos Gerais, vai lembrar de Ponta Grossa, vai lembrar da terra que ele teve votos em todas as eleições, vai lembrar das vezes que ele botou aquele chapeuzinho de palha e descia do helicóptero do Governo, já em campanha. E me lembro daquele chapéu, chapéu de cara do interior. Nunca o vi aqui na cidade com o chapéu, mas lá eu vi. Lá é o interior, interior é para o chapéu, é para isso que serve o interior.

Aí, Sr. Presidente, esperei que o Ministro Greca fizesse alguma coisa pela gente, mas agora eu ouvi da voz dele, daquela tribuna, dizer que foi ele quem fez o Projeto do PRODETUR! E o quadro estava lá e ele esqueceu de nós! Esqueceu do povo do chapéu do interior, esqueceu da região dos Campos Gerais, esqueceu da Vila Velha, do Canyon, de todas as regiões do interior e ele fez um projeto magnífico, maravilhoso, mas que nos impõe a condição de que nós temos que andar junto com o Rio Grande do Sul, meu Estado do coração, Santa Catarina e Mato Grosso!

Deputado Greca, será que o senhor não subestimou o Paraná quando fez esse Projeto? V. Exa. fez um projeto que nos obriga a andar junto com os outros Estados na marra, como se fosse uma ditadura? Será que o Paraná não tem capacidade de andar sozinho? V. Exa, disse aqui: Curitiba podia fazer o projeto. O senhor disse ali da tribuna, podia definir por Curitiba e não quis!

V. Exa. diz que o Banco não aceita, mas V. Exa. diz aqui que o senhor, quando prefeito, conseguiu liberar 150 milhões para Curitiba, sem os outros Estados, só com a capacidade de endividamento de Curitiba!

Então, por que agora nós temos que nos atar aos outros Estados? Nada contra os outros Estados! Bacana o consórcio, mas, por quê? Nós não somos um Estado pujante? Se Curitiba conseguiu 150 milhões e o dinheiro veio, por que é que o Paraná, que é maior de Curitiba, não podia ter o mesmo dinheiro para escolher os seus pontos, definir as suas prioridades?

Eu fico triste, porque se o projeto nasceu dentro do Ministério, no qual o Deputado Greca estava, por que não se deu uma oportunidade para as cidades pobres do turismo no Paraná? Foz do Iguaçu é o filho rico! A região do Lago de Itaipu é uma região rica hoje! Tem prefeito que tem 50 milhões sobrando e não sabe o que fazer? Por quê? Porque têm royalties de Itaipu! Tem prefeito fazendo estátuas não sei com quantos metros para turismo. Por quê? Porque tem dinheiro sobrando! As estradas do interior estão sendo asfaltadas porque tem dinheiro sobrando. Muito bem! Então, lá é região rica em

turismo. E a região pobre? Aqui no Paraná tem um conceito que diz assim: as regiões pobres são aquelas de baixo índice: cidades de Ortigueira, da nossa região, cidade pobre. Então, o Governo do Estado tem uma política para essas cidades. Leva-se tudo o que pode, primeiro àquelas cidades. A luz é mais barata para a empresa ir para lá, tudo é mais barato e isso, em relação aos pobres. Bacana esse projeto! Sensacional!

Eu queria pedir esse projeto para nós, os pobreziños do turismo e que também se desse essa mesma condição para os municípios pobres. Nós somos os pobres! Eu vejo há anos falar não, agora vamos fazer Foz e depois Ponta Grossa..." e assim vai. Anda Governo, muda Governo e nada! Primeiro, Foz do Iguaçu.

Com todo respeito, Deputado Dobrandino, V. Exa. tem toda razão quando briga pela sua região e eu o cumprimento por isso, e eu estou brigando pela minha e vou brigar até o fim.

Então, sempre vai o dinheiro para lá e para nós sempre sobram as migalhas e ficamos quietos. Hoje eu resolvi falar, colocar o meu posicionamento e dizer que eu estou entristecido com V. Exa. Deputado Greca porque vi V. Exa. dizer dali que era o Ministro e podia ter definido! Agora são os americanos que mandam em nós? São eles que definem se nós podemos ou não pegar o dinheiro? Como é que é isso? São essas coisas que eu não entendo! Não acredito que o Nordeste é melhor que o Sul, que são mais unidos que nós! Acho que aqui não tem trava nenhuma de ignorância!

O Deputado Rafael Greca falou ignorância! Eu acho que não tem ignorância de Deputado nenhum, aqui!

Eu acho que ignorância é subestimar a capacidade de endividamento do nosso Estado, que ele não podia fazer o projeto sozinho! Isso, sim, para mim é ignorância, de não saber que o nosso Estado tem condições, sim, porque tem recursos, porque tem capacidade de endividamento!

Isso para mim é trava de ignorância! É não ir lá ver no Orçamento do Estado que tinha condições de bancar esse financiamento. Prova disso que uma cidade é capital. O município tem, o Estado não tem!

Vou dizer que às vezes eu fico triste. Dizem elas assim: "depois nós damos, depois vai o de vocês, primeiro nós, depois vai o de vocês..."

Foi assim na distribuição das ambulâncias, aqui na Assembléia, agora.

O Requião esteve lá em Ponta Grossa, chegou animado no Corpo de Bombeiros, me abraçou: "Oi! Jocelito, gente boa, meu amigo, fala bem na rádio. Deputado Jocelito indique três cidades para receber as ambulâncias."

Está bom. Falei com três prefeitos lá. Daí vim aqui: "Olha, vim buscar as ambulâncias". Cadê as ambulâncias! O gato comeu, sumiu, desapareceu!

Aí, Sr. Presidente tem a ver com a promessa. Fui ao Chefe da Casa Civil, ele ficou de arrumar as ambulân-

cias lá, e disse: Não, da próxima vez agora, você vai receber as três.” E não recebi!

Como eu não acreditei lá, e como eu estou descrente aqui! Vou ficar com o pé atrás agora, incorporado nesse espírito do “Bob” Jefferson vou ficar aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Posteriormente à votação do Requerimento nº 1962, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, que requer a prorrogação da presente sessão por duas horas.

Aprovado.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Eu quero agradecer as referências do ex-Prefeito Jocelito Canto, ao tempo que eu o recebia no Ministério do Turismo, mas o PRODETUR que nós estamos votando não exclui os Campos Gerais nem o litoral. Apenas por uma determinação do Banco Interamericano, definiu no Paraná a área prioritária da Itaipu e de Foz do Iguaçu.

Em Santa Catarina queria o Governo fazer o PRODETUR em seis regiões. O Governo foi constrangido e obrigado pelo Banco a definir só a Região de Florianópolis. É uma sistemática do Banco.

Eu infelizmente, ainda não sou presidente do BID, mas garanto que se vier a sê-lo, Deputado Jocelito Canto, vou passar a mudar a sistemática do Banco.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para encaminhar, Deputado José Domingos Scarpellini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Nós estamos vendo aqui um grande espetáculo, cheio de declaração de amor e de arrependimento.

Nós ouvimos, Sr. Presidente, as colocações aqui feitas pelo Deputado Jocelito Canto. Certamente apresentou o Ministro que não teve sucesso e retorno por parte do Ministério que tinha outras preocupações, certamente, prioritárias naquela Pasta para aquele momento.

Quero, Sr. Presidente e Srs. Deputados, dizer que ouvi o Deputado Chico Noroeste dizer que Foz do Iguaçu precisa de recursos para revolver o problema de favelas. Certamente os problemas de segurança e, isso não se contempla com o dinheiro do PRODETUR. Isso se contempla com ação efetiva de Prefeitos que tenham realmente preocupação com as questões do seu município. A questão habitacional levantada pelo ilustre Deputado, realmente é preocupante, mas é de uma outra alçada e competência.

Certamente, Sr. Presidente, o Deputado que foi Ministro poderia ter vindo à tribuna desta Assembleia para dizer quais recursos ele enviou para Foz do Iguaçu no tempo em que ele esteve como Ministro do Turismo. Vem agora e fala das borboletas que voam sobre o parque

as águas do Iguaçu, certamente arrependido da nau que ele construiu, que não conseguiu andar sobre as águas do mar. Certamente o Deputado ex-Ministro que aqui está, esquece do discurso do Governador Roberto Requião, quando chamava ele de “Ministro do pinga da máfia espanhola”, dizia o Governador Roberto Requião que o problema do Deputado ex-Ministro que aqui está, era nau. Nau que não conseguiu navegar nas águas do mar. E vem o poeta querer dar lições, de querer mostrar o caminho do mar àquele que navegam há muito tempo. Não é esta Casa que vai agora se ajoelhar ao projeto que ele disse que fez, que deixou o PRODETUR Sul como obra sua.

Ora! Que obra malfadada é essa que chega ao seu destino cinco anos depois, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Vejo aqui o Deputado Jocelito Canto falar da discriminação que ele está sofrendo e que outros estão. Eu por exemplo, requisitei um funcionário do Governo do Estado, um ex-Deputado que era do MDB, velho de guerra e recebi um não do Sr. Governador Roberto Requião!

Está aí a discriminação de que todo mundo tem dois, três, quatro funcionários e eu não tenho nenhum cedido pelo Executivo. A discriminação existe! Nós estamos vendo as ambulâncias sendo direcionadas politicamente para atender a vontade política daqueles que se curvam aqui na Assembleia, daqueles que fazem a vontade do homem que está administrando o Paraná!

Quero falar das rádios também, umas com grande audiência não estão na mídia técnica, outras muitas vezes falam para si só. Essas estão na mídia técnica do Dr. Pisseti...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Estou fazendo um apelo ao Deputado que encaminhe o projeto que está em votação.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu vou chegar aonde eu quero chegar, Sr. Presidente. Eu estou encaminhando, estou dando o tom que foi dado por outros Deputados que defenderam projetos, que defenderam contra e a favor do requerimento, e agora as emendas que aí estão, e eu quero então chegar nas emendas que aqui estão, porque foi dito aqui que não há discriminação aos Municípios. E eu vejo que há uma discriminação.

Eu quero dizer aqui, não tenho nada contra o Líder do Governo que aqui está, Deputado Dobrandino, que está defendendo o interesse da sua região, o interesse de Foz do Iguaçu, o interesse daqueles Municípios que formam o lago lindeiro de Foz do Iguaçu, mas nós temos que defender o interesse maior do Paraná.

O Deputado Dobrandino é o Líder do Governo, o seu filho é o Secretário Especial que vai gerenciar e fazer a distribuição desses recursos, e nós queremos dizer que os Municípios de Tibagi que têm lá o Canyon de Quartelá, os Municípios do Litoral, que pegam de Guaraque-

çaba, Antonina, Paranaguá, Guaratuba, não têm uma contemplação! Nós queremos que o turismo seja incrementado em todos os Municípios do Paraná, e é evidente que alguns com potencialidade maior, outros menor; Londrina, a região do Norte Pioneiro.

Então, por esta razão é que nós estamos aqui hoje defendendo essa posição e mostrando que há discriminação, sim, há discriminação com Deputados e haverá com os Municípios.

Eu quero crer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que muita gente pergunta agora, por que o Ministro não mandou dinheiro para incentivar os Municípios do Litoral paranaense, porque o Ministro não mandou dinheiro para Foz do Iguaçu, para Ponta Grossa? Porque era um arbítrio seu de liberar as verbas e não era uma obrigatoriedade de lei. Aqui é a mesma coisa, nós vamos dar o direito de arbítrio para fazer a liberação sem uma lei e sem o cuidado de fazer com que todos os Municípios possam ser contemplados.

Então, eu acredito, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que as emendas são necessárias e merecem ser colocadas neste projeto, para que nós tenhamos a obrigatoriedade do Executivo em respeitar a vontade do povo do Paraná!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para encaminhar, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Como é difícil ser oposição, Deputada Elza. Lutamos bravamente em cinco ou seis para tentar construir dentro da mente dos governistas que uma emenda, esta emenda que eu estou apresentando, só acrescentaria ao projeto. Sem falsa modéstia, com ajuda do Deputado Durval, dos Deputados de Oposição construímos uma emenda tão clara que não mexeria no projeto, apenas diz aonde o Governo deveria investir os recursos. Não deixaria muitos aqui de “saia justa”.

Como um Deputado de Curitiba vota favorável a esse projeto de lei? Como esta emenda (**lê a emenda**), não especifica o Município, apenas abre um espaço para que o governo priorize?

Deputado Reni Pereira, entendo V. Exa. estar votando com sua cidade. Na hora de votarmos seremos derrotados, mas usaremos o nosso direito regimental para ver se com o tempo fazemos a maioria entender que a minoria também deve ser ouvida, porque tem muito a oferecer e ajudar este Governo.

Quero pedir desculpas aos amigos de Guaratuba. Não tenho nenhum voto em Guaratuba. Hoje Guaratuba foi esquecida aqui. Quando veraneiar em Guaratuba, direi aos meus amigos que lutei por Guaratuba.

Deputado Reni, esse empréstimo, Maquiavel está por trás. Não sei se V. Exa. sabe, mas Roberto Requião,

quando não tem o que fazer, ou ele anda a cavalo ou lê Maquiavel. Já leu pelo menos umas dez vezes.

O que estão fazendo em Foz do Iguaçu? Um Parlamentar subiu à tribuna, encaminhou favorável às emendas e depois votou contra as emendas. Fiquei meio perdido aqui.

Quem ganhou as eleições em Foz do Iguaçu? O PDT do Osmar Dias! O que farão com esses recursos? Vamos analisar aqui, uma segunda prefeitura.

Vai ter um Prefeito eleito e um Prefeito nomeado por decreto. Vai ter uma prefeitura administrando os problemas de saúde e outros problemas e o Secretário - aí vem o maquiavelismo do Sr. Governador, que faz um programa voltado para essa cidade que merece todo o nosso respeito, e cria um programa que será dirigido, por quem? Nada mais, nada menos, por um homem que é filho do Líder do Governo, que merece o nosso respeito!

V. Exas. podem votar contra, mas saibam que estarão sofrendo consequências. Quando subiram naquela tribuna dizendo que queríamos nos posicionar contra o Prefeito Mc Donald, pelo contrário, se tivesse real interesse em fazer a coisa democraticamente, estaria no bojo desse projeto um artigo dizendo que os recursos serão transferidos à Prefeitura de Foz do Iguaçu e serão administrados pela população de Foz do Iguaçu. Lá estariam os Vereadores fiscalizando; as entidades fiscalizando, estaria o povo fiscalizando, mas não é isso, Deputado Reni Pereira!

Quero prestar uma homenagem a V. Exa., que tem sido um dos bravos lutadores da Oposição e ter esse sentimento tão grande por Foz do Iguaçu. V. Exa. merece aquele prêmio que o Jocelito deu ao Ministro. V. Exa. merece de Foz do Iguaçu, porque tem que votar com o Governo, sabendo que vão atacá-lo com esse programa, vão obstruir o trabalho do Prefeito de Foz do Iguaçu, nosso aliado, Deputado Neivo Beraldin, e está lá Maquiavel, que está montando programa para o ano que vem nos combater em Foz do Iguaçu.

Eu não tinha e não queria chegar nesta questão, mas não podemos tapar o sol para a verdade. É óbvio que com a inteligência do Governador, ele está procurando encontrar uma forma para combater o seu opositor em Foz do Iguaçu. É um direito dele, mas é um direito nosso defender aqui todas as regiões do Estado do Paraná! Como está no bojo do anteprojeto quando o governo anterior iniciou a programação deste programa. Isso é importante ser dito. Quem mudou todo esse programa foi o atual governo. E o que fez mudar todo esse programa é questão eleitoral.

Então, nós da Oposição, Deputado Durval, votaremos sim, pelo empréstimo. Não somos contra o Paraná, mas estamos aqui tentando democratizar esse dinheiro, esses recursos. Como é que voltaríamos às nossas bases com potencial turístico e lá em Marechal Cândido Rondon o Deputado Elio Rusch dizer, apenas um milhão de reais? E do ladinho, a panela de dinheiro cheia para um

município que já tem um potencial enorme! Aonde que você tem que investir?

Vamos aqui comparar a situação social do nosso país. Você investe na Rua XV em Curitiba ou você vai investir lá no bairro mais pobre, na Vila Parolin? Você vai investir na Vila Parolin! É assim com o turismo. Não há como desenvolver o turismo no Paraná se apenas investirmos numa cidade.

Então, jamais ser contra Foz do Iguaçu, mas jamais, também, aceitar que a vontade do Sr. Governador prospere sem a voz da indignação nesta tribuna. Tenho a certeza absoluta que a Oposição falou neste ato. Deputado Hermas Brandão, considero-me um homem responsável por esta falha, como Líder da Oposição. Se tivéssemos convocado todos os Municípios com potencial turístico, com certificado, que viessem aqui apenas os Vereadores, muito Deputado aqui não votaria como está votando.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a V. Exa. um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, como o tempo passa ligeiro quando temos argumentos...

Encerro o meu pronunciamento, mas quero dizer aos Srs. Deputados, ao Deputado Dobrandino: V. Exa. vai ter uma vitória hoje. Estamos apenas encaminhando as emendas. Depois, encaminharemos o projeto. Vamos entregar a “bandeira da vitória” a V. Exa., mas vamos entregar com muita luta e com muita garra para mostrar aos paranaenses que nós sabemos trabalhar no Legislativo! Sabemos mostrar a nossa força mesmo sendo minoria e a minoria tem que ser respeitada e ser ouvida! Por isso, V. Exas nos ouvirão aqui pelo menos até as nove horas da noite.

Agradeço a V. EXa. e peço desculpas por ter usado a questão política, mas não podemos esconder a realidade, porque o ano que vem, se isso não acontecer, me chamem de mentiroso!

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Barbosa Neto, para encaminhar.

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos neste momento autorizando aqui talvez uma das maiores operações deste Governo.

Se o Estado do Paraná necessariamente tem que dar a contrapartida à União, através das contra-garantias que estão empenhadas pelas receitas tributárias, quase na sua totalidade do Estado do Paraná para com a União, nada mais justo do que discutirmos, aqui, até mesmo à exaustão esse projeto que trata, na tarde de hoje, o PRO-DETUR.

Como é que vamos, simplesmente, a toque de caixa sem o aprofundamento necessário, tendo pareceres contrários da CCJ, admitir que um banco internacional tenha que ditar regras ou onde devem ser alocados esses recursos ou esses investimentos? Essa é a nossa colocação na tarde de hoje.

Entendo que a emenda da Bancada de Oposição vem adicionar e até mesmo corrigir o Projeto de Lei nº 232/2005, porque o escopo não é nenhum outro, a não ser democratizar os investimentos que chegariam a 180 milhões de reais, aproximadamente, ou sessenta milhões de dólares. Essa distribuição tem que ser equânime e ao mesmo tempo técnica.

O que está pedindo aqui a Oposição na tarde de hoje, é que seja direcionado, através da certificação imposta e corrigida pelo Ministério do Turismo. Não é nada da nossa cabeça, pura e simplesmente para postergar, para procrastinar esta votação. Queremos, sim, ter a certeza de que a correção técnica se faz necessária, como diz a justificativa no artigo 5º da Bancada de Oposição na tarde de hoje. Se lá em Santa Catarina, Camboriú foi beneficiada, por que o litoral paranaense, como Matinhos, Paranaguá, Guaratuba, também não podem ser incluídos e receber esses recursos do PRO-DETUR?

O Paraná inteiro tem um potencial turístico muito grande. Eventos que fazem parte do calendário estadual e nacional. Não podemos desmerecer, por exemplo, a região de Carlópolis, Deputado Hermes Fonseca, que conhece muito bem e discutirmos de forma técnica e não política, antes de eu subir a essa tribuna. Carlópolis possui o maior represamento de água do Norte do Paraná e o segundo maior do Estado do Paraná, com um potencial imenso a ser explorado. O Estado de São Paulo, do outro lado da costa, já começa a ter essa visão estratégica e administrativa que falta a nós, paranaenses, nesse momento, Deputado Luiz Carlos Martins, que é oriundo daquela região, que tem em Jacarezinho os seus amigos e que conhece perfeitamente aquilo que estamos falando, aqui, na tarde de hoje.

A Deputada Cida Borghetti, com quem conversávamos, aqui, de uma maneira muito digna, preservando a cidade que ela representa, Maringá, nos pede juntamente com - deixamos frisar - o Deputado Nishimori, para que não entremos especificamente na questão de Maringá, porque vem um projeto paralelo muito mais elaborado, pensado, com uma das maiores autoridades do mundo, que é o Prefeito Silvio Barros e nós respeitamos isso e não queremos fazer essa discussão, mas procurava ter subsídios aqui para entender até mesmo o que representa este volume de recursos a ser investido no nosso Estado. Maringá, por exemplo, é o décimo maior monumento em construção do mundo, e vai ficar de fora do PRODETUR. Seria isso justo?

Londrina, que tem o turismo de eventos, um dos festivais de música mais importantes do Brasil, um dos festivais de teatro mais importantes do Brasil, reconhe-

cido mundialmente até, não vai ser beneficiada! Por que será?

Por que o Sudoeste, Goioerê, que tem as águas termais como Mangueirinha, que tem ali a última reserva de araucárias do planeta, também não está sendo contemplada? Por que será que vamos esquecer a região do Deputado Nelson Garcia, que tem ali uma reserva ecológica que é a Ilha Grande e poderia ser objeto de sobrevoos, da exploração do turismo que é uma indústria que não polui, além da natureza também a identidade cultural, regional? Não, não podemos esquecer!

E aqui até há que se dar a mão à palmatória. No Governo Lerner estava inclusa a Costa Norte para beneficiar Alvorada do Sul, Primeiro de Maio, Sertaneja e outros municípios que fazem parte da bacia do Capivara. Nesse projeto a Costa Norte também praticamente não existe!

O que se dizer então de Tamarana? Temos ali um dos grandes saltos naturais deste Brasil, Salto Apucaraniha, onde estão os índios caingangues, um salto de mais de oitenta metros!

E as outras cidades que têm o turismo religioso que leva dividendos, que leva o progresso e que respeita inclusive as religiões professadas por determinadas pessoas em determinados rincões?

Nós, na tarde de hoje, poderíamos simplesmente tentar puxar a brasa para a nossa sardinha, mas não é esse o objetivo da nossa reunião. Vemos, por exemplo, que o Deputado Reni Pereira está indo pelo sacrifício, como se diz na gíria futebolística, votando aqui a favor do Governo e contra os seus princípios e até para beneficiar a região dele. Mas nós não somos meros despachantes regionais, não! Temos que pensar a questão como um todo, dentro de um planejamento administrativo e estratégico, acima de tudo! É por isso que estamos aqui fazendo um apelo, defendendo esta Emenda Aditiva que vem corrigir o Projeto de Lei nº 232, e é isso que eu faço, na tarde de hoje, Sr. Presidente Elio Lino Rusch, Sras. e Sras. Deputados!

Espero que possamos agora com a consciência, esquecer aqui o proselitismo, esquecer aqui o discurso fácil, mas pensarmos com inteligência em prol do futuro do Estado do Paraná, sem perdermos este recurso, mas sim, distribuindo equitativamente este recurso de forma estratégica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Lino Rusch)

Na ordem de inscrição, Deputado Rafael Greca.
(Ausente)

Com a palavra o próximo inscrito, Deputado Durval Amaral, último inscrito, dos cinco para votação, contra ou a favor, das Emendas.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Havia uma primeira etapa prevista no programa PRODETUR. Esta primeira etapa foi modificada. Claro que é uma discricionalidade do Governo do Estado. Ele foi eleito para administrar e para governar e achou por bem, dentro do seu poder discricionário, eleger novas prioridades dentro do PRODETUR. Achou por bem modificar a etapa inicialmente prevista fazendo a primeira etapa ao seu jeito e à sua forma, beneficiando nesse primeiro momento exclusivamente a cidade de Foz do Iguaçu.

E estamos encaminhando neste momento as emendas dos Parlamentares. Tenho para mim que a do Deputado Valdir Rossoni poderia ser acolhida sem nenhum problema, sem nenhum óbice, sem nenhuma dificuldade, até porque ela estipula apenas, que 50% dos recursos do PRODETUR deveriam ser distribuídos àqueles Municípios com cadastro junto ao Ministério do Turismo. Mas isso não excluiria, em hipótese alguma, a vontade do Governo em aplicar neste ou naquele outro Município, desde que estivesse cadastrado junto ao Ministério do Turismo.

Agora, essa alteração que foi feita na primeira etapa, não podemos concordar. Por quê? Veja só o que estava previsto na primeira etapa, no programa inicialmente previsto: para a Serra do Mar - ações gerais. Caminhos do Mar - fortalecimento das ligações marítimas entre Paranaguá e os principais destinos turísticos da Baía de Paranaguá, Ilha do Mel, Antonina e Guaraqueçaba. E na Baía de Guaratuba. E aí há todo um arrazoado justificando a importância do destino de um milhão e seiscentos mil reais. Saneamento básico no litoral do Paraná, em diversos aglomerados urbanos do litoral e aí a previsão de dez milhões de reais. Caminhos do Itupava, consolidação do Caminho do Itupava com destino turístico, com a implantação de centro de visitantes nas extremidades do Caminho. Reestruturação do Porto de Cima. Recuperação da Casa do Ipiranga para o apoio ao turismo e aí toda uma justificativa. Para Morretes, vários projetos; Antonina, vários projetos. Ilha do Mel - saneamento básico e toda a descrição do que seria investido na Ilha do Mel.

Paranaguá efetivamente até a reciclagem de um barracão do Porto em terminal receptivo para navios de passageiros, viabilizando o transporte através de trem, carro, barco e avião para outros destinos turísticos na região litorânea do Estado do Paraná, está sendo preterido. Nos Campos Gerais recursos para a nossa querida cidade da Lapa e toda uma discriminação de onde e como seriam investidos. Para a cidade de Balsa Nova. Para a cidade de Ponta Grossa, através do Parque Estadual de Vila Velha, com melhoria no Parque, prevendo a concessão de produtos turísticos, inclusive para a iniciativa privada e toda uma justificativa. Nos Campos Gerais ainda mais recursos para Ponta Grossa, Tibagi, para Castro.

Isso era a primeira etapa do PRODETUR. Na Costa Oeste, nobre Deputado Dobrandino, havia recursos também para o roteiro hidroviário das bases náuticas, a implantação de uma linha de barco ligando Foz do

Iguaçu, Santa Helena, Guaíra, interligando as bases náuticas e outros equipamentos turísticos e outras comunidades.

E segue uma série de investimentos para Foz do Iguaçu, com a melhoria do sistema viário, via perimetral, enfim, vários investimentos na cidade de Foz do Iguaçu.

Na cidade de São Miguel do Iguaçu, na cidade de Santa Helena e segue com mais o refúgio biológico ainda para Santa Helena. Para a cidade de Guaíra, a revitalização do centro histórico, aeroporto, hangar para barcos, enfim, toda uma série de investimentos que estavam previstos na primeira etapa, não só para Foz do Iguaçu, mas para São Miguel, Santa Helena, Guaíra, enfim, àqueles Municípios. Para o Vale do Iguaçu reservatório de Foz do Areia, Salto Segredo e Salto Caxias, reciclagem das instalações do canteiro de obras localizadas próximas às Usinas de Foz do Areia, Salto Segredo e Salto Caxias.

Para a Costa Norte, Deputado André Vargas e Deputada Elza, o reservatório de Capivara com fortalecimento turístico do reservatório de Capivara e a implantação e execução de diversos equipamentos e ações na cidade de Curitiba, tais como Centro de Convenções, revitalização do eixo Barão-Riachuelo e a justificativa era de que as ações fortalecem Curitiba como um dos principais destinos turísticos e importante porta de entrada do turismo no Estado do Paraná.

Para a Região Metropolitana, circuitos do turismo rural, estruturação de roteiros a partir de características étnicas, ambientais e culturais e segue uma série de justificativas.

E o fortalecimento institucional do nosso pólo turístico, marketing para fortalecer o turismo no Estado do Paraná, toda uma estruturação do órgão gestor, de consultorias, de sinalizações turísticas que seriam desenvolvidas em toda essa região, e Srs. Deputados, a um custo total, nessa primeira etapa, de 67 milhões.

Quero dizer, Presidente, que poderia ser desenvolvida a primeira etapa, incrementada e fortalecida ainda mais com esses privilegiamento à cidade de Foz do Iguaçu, com muito mais incrementos financeiros para o desenvolvimento do turismo e as demais regiões não seriam prejudicadas. Agora, nós Deputados da Oposição, temos que dizer isto aos Parlamentares.

Esse Governo alertou a primeira etapa do PRODETUR por sua livre e deliberada vontade. Está dentro do caráter discricionário do Governo? Com certeza, com certeza total, mas cabe à Oposição, denunciar e dizer que os Campos Gerais foram discriminados e dizer que Curitiba e região Metropolitana estão sendo discriminados e dizer que Londrina e a região Norte do Paraná estão sendo discriminadas, que a região do Noroeste, através de Maringá, tão brilhantemente defendida aqui pela Deputada Cida, está sendo discriminada.

Todos nós, Deputados Estaduais, estamos simplesmente aceitando essa discriminação que não é positiva. Ela negativa, na medida em que nega recursos a outras regiões do Estado do Paraná! Alguém pode indagar se

isso não poderá ocorrer numa segunda etapa. Poderá sim, mas por que já não se iniciou na primeira etapa? Por que não acolher as Emendas da Oposição, até para que o Governo tivesse uma válvula de escape de poder atender ainda Curitiba, Região Metropolitana, Paranaguá, Guaratuba, Matinhos? Seria muito bom, mas não. Parece-me que o intuito é só um: é efetivamente discriminar nesse primeiro momento, as demais cidades do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Dou um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Nós não somos, em hipótese alguma, contra Foz do Iguaçu. Nós não somos, Deputado Dobrandino, contra o nosso ex-colega Sâmis, ex-Deputado, que vai gerenciar efetivamente esses recursos. Nós não somos contra a bela cidade de Foz do Iguaçu que precisa e ficou muito tempo precisando de investimentos para que aquela dívida social, gerada pela construção do reservatório de Itaipu fosse resgatada e aqui nós temos um bom momento para compensarmos a cidade de Foz do Iguaçu, mas não discriminando negativamente as demais regiões.

Então, é esse o encaminhamento que nós fazemos, pela aprovação das emendas feitas pela Oposição e depois, também obviamente, pela aprovação do projeto porque ele é bom para Foz do Iguaçu e nós gostaríamos que fosse bom para todo o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não havendo mais oradores inscritos para discutir as emendas, vamos colocar em votação.

As emendas que receberam parecer contrário, na CCJ, por isso vamos inverter a votação. Está em votação as emendas em bloco conforme o requerimento aprovado: 03, 04 e 05. Os Deputados que forem favoráveis à emenda, levantem-se. Oito Deputados aprovam.

Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e nove. Está rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação o projeto. Para encaminhar, o Deputado Valdir Rossoni. Antes de o senhor encaminhar, eu queria fazer as inscrições de quem vai encaminhar.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, nós fizemos um acordo, com o Deputado Dobrandino. Até pelo espírito democrático do Líder do Governo, vamos abrir mão do encaminhamento.

O Deputado Elio Rusch não aceita o acordo, mas nós conversamos com os Deputados Plauto, Durval e Luiz Carlos Martins. Então, eu falo por esses Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está inscrito, além de V. Exa., o Deputado Pedro Ivo e o Deputado Neivo parece que tinha se inscrito.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Então está quebrado o acordo. Então, nós também vamos encaminhar.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente se todos retirarem, eu também retiro. Eu respeito então o acordo feito pelas lideranças, tanto do Governo, como da Oposição. Se ninguém se inscrever, eu também não me inscrevo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está mantido o acordo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Ou eu sou líder de uma pequena minoria ou não sou, né!

Sr. Presidente eu quero cumprimentar meus preza-dos companheiros de Oposição, Deputado Luiz Carlos, Plauto, Durval, Elio Rusch, Barbosa Neto e os demais que votaram conosco. Deputados Leite, Pedro Ivo, Her-mas Brandão, agradecer o apoio dos Deputados que vota-ram conosco. Nós demos uma demonstração, Sr. Líder do Governo, que talvez essa votação sirva para um pequeno aprendizado para nós que estamos aqui no Parlamento.

Quero dizer-lhe, tenho feito muitos elogios a V. Exa, mas me permita neste momento fazer uma crítica. Nós temos que ter a possibilidade de não apenas fazer acordo, não é, Deputado Durval? Nós não temos apenas que fazer acordo para terminar a Sessão, tem que haver um entendimento do Governo em determinados projetos e aceitar pelo menos algumas propostas da Oposição. Não é possível que nós sejamos tão incoerentes e incompetentes que algo nós não possamos contribuir para os projetos do Governo.

Quero fazer essa ressalva, que fique marcado aqui que nós estamos votamos favorável pelo respeito que temos ao Oeste do Paraná e a Foz do Iguaçu, lutamos bra-vamente para incluir o Paraná nesse projeto tão significa-tivo. Infelizmente, fomos vencidos pela maioria e nos curvamos à vontade da maioria. Mas, esperamos, da parte da maioria, um pouquinho mais de abertura, para que nós possamos negociar na hora que vêm esses proje-tos tão importantes à economia do Estado do Paraná.

Agradeço, Sr. Presidente, que também tivemos um pequeno entrevero, mas vinte anos de Parlamento, eu acho que isso é salutar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Confesso a V. Exa. que eu não levei para o entre-vero; eu acho que é uma discussão de alto nível.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

É salutar e é bom, porque o debate aqui é aberto.

As pessoas que nos assistem, vejam que os Parla-mentares, pelo menos, têm o seu valor, de conhecer o Regimento, de saber a sua autoridade e nós Parlamentares, temos que nos valorizar muito nesse momento.

Por que o Parlamento hoje está renegado a segundo plano? Só vou citar um exemplo. Tenho aqui um projeto que aprova ou reprova o Superintendente do Porto de Paranaguá e Antonina; não é para este Governo. É um fortalecimento da Casa, o Governador indica e nós vamos ouvir o Superintendente, estudar o seu currículo e contri-buir para que tenhamos no Porto um bom Superinten-dente.

Deputado Dobrandino, não são só elogios, são algumas críticas que faço a V. Exa, mas espero que com o caminhar da carruagem as coisas fiquem melhores.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Não preciso nem encaminhar, porque a própria Oposição já se encarregou publicamente, se compromete-ram a votar no projeto.

Apenas para dizer, que o debate entre a Situação e a Oposição, liderada pelo nobre Deputado Valdir Ros-soni, é um bom combate. Tenho que admitir isso. Contri-bui com a democracia e o bom andamento do Governo. Nós respeitamos, porque sei que o Deputado está defen-dendo na verdade o seu direito de Parlamentar, aqui na Casa de representar o Paraná.

Então imagino que isso engrandece, e muito, esta Casa. Com certeza o Governo respeita e vê isso com bons olhos e claro, que no momento que nós pudermos fazer um acordo dos dois lados, nós o faremos. Respeitamos isso de forma correta e clara, a opinião e a participação dos Deputados de Oposição.

O SR. PEDRO IVO ILKIV (**Para Encaminhar**)

Gostaria só de justificar União da Vitória, cidade turística com setenta cachoeiras dentro do Município só de União da Vitória! Quarenta por cento das terras de União da Vitória está na APA da Serra da Esperança com grande potencial turístico. Quando fui Prefeito, nós abri-mos trilhas, fizemos estradas interligando essas cachoei-ras. E esse projeto que estamos debatendo, despertou uma esperança na cidade. Foi e é tema de jornais na semana passada e esta semana. É um tema muito forte nas rádios e jornais a expectativa de ter recursos para União da Vitória pelo seu potencial turístico.

Por isso falei com o Deputado Dobrandino, sempre votei com o Governo junto aos seus projetos, mas nesse eu fiquei em favor de União da Vitória, mas agora somos favoráveis ao projeto porque o Paraná não pode perder esse recursos; é importante para desenvolver o Paraná como um todo, independente de não ser para nossa cidade.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Apenas para dizer que já que houve acordo entre as Lideranças. Eu respeitei o acordo, fui favorável desde o começo. Só da forma como ele veio para a Assembléia é que nós não concordamos.

Quero deixar registrado aqui na Casa, que na verdade nós temos que mudar o projeto, não cabe mais emenda, não é PRODETUR, é PRODEFOZ, porque quem leva setenta por cento do recurso, o projeto deixou de ser do Paraná, é de Foz do Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero esclarecer a V. Exa. que estou ainda com a minha posição, que o projeto em si não determina para que região o é. E vou lutar com todas as forças para que esse recurso seja distribuído também para outras regiões.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Entendo exatamente, Deputado Hermas Brandão, V. Exa. esclareceu tudo.

Certamente nós vamos aprovar esse projeto, mas não perco as esperanças de que o Governo venha atender Campina Grande do Sul, nem Irati, nem Curitiba e nem a Região Metropolitana, porque nós vamos, evidentemente, ter a oportunidade de discutirmos com o Governo essa questão, e na verdade o grande requerimento que eu havia feito e acabei retirando, foi exatamente porque o Líder do Governo se manifestou dizendo em atender às nossas emendas; é aquele que pedia o plano dos projetos e aonde seria aplicado o dinheiro.

Como o Líder do Governo se manifestou em colaborar com os Deputados no sentido de democratizar os recursos para o Estado do Paraná, nós estamos votando favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado por unanimidade, artigo por artigo.

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 040/2004, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que regulamenta o parágrafo único do artigo 49 da Lei nº 9.394, de 20.12.96. (Transferência Escolar - Ensino Superior). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 040/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A transferência *ex-officio* a que se refere o parágrafo único do artigo 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, será efetivada no âmbito das instituições de ensino superior do sistema estadual em qualquer

época do ano e independente da existência de vaga, quando se tratar de servidor público estadual civil ou militar estudante ou seu dependente estudante, se requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, que acarrete mudança de domicílio para o Município onde se situe a instituição recebedora, ou localidade mais próxima desta.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.06.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
ALEXANDRE CURI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 048/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica, que dispõe sobre a livre organização dos órgãos de representação dos estudantes de nível superior. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/2005, de 23.02.2005).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 174/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a gratuidade aos alunos usuários de estacionamentos disponibilizados pelas universidades, faculdades e centros universitários no Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 174/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam os usuários dispensados de pagamentos das taxas, referentes ao uso de estacionamento cobrado pelas universidades, faculdades, hospitais e órgãos públicos do Estado do Paraná.

Art. 2º Em sendo terceirizados o estacionamento, a responsabilidade pelo curso de tal serviço será da universidade, centros universitários, faculdades, hospitais ou órgãos públicos contratantes.

Art. 3º Ficam as universidades, faculdades, centros universitários, hospitais e órgãos públicos obrigados a divulgar o conteúdo desta lei em suas dependências, através de cartazes.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.06.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
ALEXANDRE CURI - Relator

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 012/2005, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2006. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CO.

Há um requerimento que foi ontem adiado por decisão da Mesa, e será colocado em votação.

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu respeito a decisão da Mesa, embora entenda que pelo Regimento Interno já não poderíamos mais, mas respeito a decisão, e acho que democraticamente a gente faz desta forma.

Eu só quero encaminhar a todos os Srs. Deputados que nós, ao emitirmos o Parecer da Comissão de Orçamento, já demos parecer contrário a essas emendas, uma vez que não havia como acatá-las.

Então, eu peço seja mantido o substitutivo, até mesmo para que fique dentro do preceito legal e nós possamos aprovar a lei de diretrizes orçamentárias o mais rapidamente possível.

Eu entendo as razões que levam o Deputado Tadeu Veneri e outros Deputados a requererem a votação em destaque, mas acho que é muito mais uma questão, digamos, de ponto de vista do que de possibilidade, porque volto a repetir, com relação à emenda que fixa o reajuste dos servidores com base no INPC e IBGE, nós não podemos cometer a insensatez de colocarmos na lei de diretrizes orçamentárias uma recomendação para que o executivo cumpra, uma vez que este ano já, por dois quadrimestres, o Executivo foi alertado com relação ao limite prudencial em relação a pessoal.

Da mesma forma nós estaríamos fazendo que incorresse em erro, e portanto nós estaríamos transgredindo a Lei de Responsabilidade Fiscal. O item que inclui como prioridade, outra emenda que inclui como prioridade saúde pública, a nosso ver está muito bem priorizada no termo cidadania quando se fala em priorizar a cidadania. Se nós não entendermos saúde pública como cidadania não sei o que entenderiam.

E a terceira emenda, só para encaminhar rapidamente, que é com relação aos vetores de saúde, já exaustivamente discutido, e eu volto a repetir, enquanto nós não tivermos a Emenda Complementar 29 regulamentada a nível federal, não teremos condições também de exigir.

Então, peço, com todo o respeito ao Deputado Tadeu Veneri e aos demais signatários, que tivemos pela derrubada.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu entendo as razões que levam o Deputado Marcos Isfer a colocar o questionamento, pri-

meiro com relação a nós termos o índice do INPC conforme determina o IBGE. Mas o Deputado Marcos Isfer é um Deputado experiente, aliás, como a maioria dos Deputados aqui, e sabe, Deputado Marcos Isfer, que o orçamento, assim como a LDO, são autorizativos.

Tanto é autorizativo que nós, no último orçamento determinamos, Deputado Barbosa Neto, que as universidades deveriam receber um valor equivalente a quase trinta milhões de reais e que esse valor, Deputado Marcos Isfer, não foi repassado.

Esse argumento que o Deputado Marcos Isfer utiliza, com todo o respeito que tenho, é absolutamente inócuo. Não se sustenta e chamo a atenção, aqui, porque me parece, Sr. Presidente, que o Deputado Marcos Isfer está equivocado quando diz que não podemos colocar, porque seria uma forma irresponsável colocarmos um percentual de reajustamento, como se isso fosse obrigatório. Quem dera que os nossos orçamentos fossem obrigatório! Eles são autorizativos e o Deputado Marcos Isfer sabe - foi secretário na Prefeitura Municipal - que a LDO e o Orçamento são autorizativos.

Segundo: o argumento usado que estaríamos contrariando a LRF não se sustenta, porque esta é uma lei que *a priori* tem que ser cumprida. Depois de cumprida a LRF é que cumprimos as demais.

A outra emenda apresentada quando diz que é prioridade a saúde, também não tem absolutamente nenhum constrangimento em ser aprovada. Acredito que o Governo tem demonstrado isso e que não seria, em absoluto, nenhum constrangimento, Deputada Elza Correia, para nenhum Governo colocar que é a sua prioridade a saúde, assim como não traz nenhum constrangimento se colocar, que prioritariamente, se entende naquilo que a Emenda Constitucional determina, que não são atividades de saúde aquelas que, em princípio, privilegiam determinados espaços, inclusive, setores fechados de saúde, como o Hospital da Polícia Militar, o SAS e como outros instrumentos que não são de saúde pública.

Sr. Presidente, fizemos ontem com a assinatura de dezoito Deputados o requerimento, para que pudéssemos ter esses três destaques. Nenhum deles traz, absolutamente, nenhum prejuízo, ou então eu diria o seguinte: traz-se prejuízo que fosse cumprido o valor determinado no ano passado, para o Orçamento deste ano, de 35 milhões para as universidades, que sabemos estarem em greve, de Londrina, Cascavel, Guarapuava e Ponta Grossa, por conta de não terem o reajustamento salarial, hoje, amanhã e quinta-feira.

Essas três emendas não trazem nenhum prejuízo para o Orçamento. Nós gostaríamos de vê-las aprovadas.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, solicitei que fossem votadas em bloco e que a votação seja nominal.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, solicito à Bancada da base de apoio do Governo, para votar pela aprovação do requerimento, que pede a votação em bloco das emendas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

A Bancada de Oposição, Sr. Presidente, vai mostrar a sua solidariedade ao PT.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento nº 1963, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente, que requer votação em bloco e nominal das emendas nºs 22, 24 e 25 ao Projeto de Lei nº 189/2005, permaneçam como estão.

Aprovado.

Conforme o requerimento aprovado, será feita a chamada nominal dos Srs. Deputados, para votarem a favor ou contra as emendas apresentadas pelo Deputado Tadeu Veneri, devidamente apoiadas por dezoito Deputados.

A primeira emenda é aditiva ao artigo 36. A segunda emenda é para acrescentar no artigo 2º um novo inciso. E a terceira emenda acrescenta no artigo 23, um novo inciso quanto à redação do item 7º.

Solicito aos Srs. Parlamentares e ao Sr. Secretário, para a chamada nominal. Os Srs. Deputados que forem favoráveis à emenda falarão SIM e os contrários, NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

(Inicia a votação nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vinte e oito contrários às emendas; oito, favoráveis.

Estão rejeitadas as emendas.

Está em votação o Substitutivo Geral da Comissão de Orçamento. **Aprovado.**

Está em votação o Projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e prédios residenciais do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAICTM. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 262/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/2005, que objetiva criar cargos de provimento em comissão, com lotação na Superintendência de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAICTM.

COM EMENDA DA CCJ, CF E CEMA. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de nº 01, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO
DE Nº 01**

AO PROJETO DE LEI Nº 262/2005

Fica alterado o inciso II do artigo 1º do Projeto de Lei nº 262/2005, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º...

II - cinco cargos de Coordenador de Agência de Bacia Hidrográfica, símbolo DAS-5;”

Sala das Sessões, em 21.06.2005.

(a) NEIVO BERARDIN

Apoioamento:

Mauro Moraes, André Vargas, Cida Borghetti, José Domingos Scarpellini e 01 ilegível.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 304/2005, de autoria do Deputado André Vargas, que declara de Utilidade Pública a Escolinha de Futebol do Jardim Paraíso - Brincando e Formando Cidadão (BEFC), com sede e foro no Município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 325/2005, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a C.T.R - Comunidade Terapêutica Redenção, com sede e foro no Município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 332/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a “Associação Beneficente, Cultural e Assistencial Frei Miguel”, com sede e foro no Município de Campina Grande do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 334/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a “Associação de Moradores e Amigos do Jardim Planalto - AMAJP”, com sede e foro no Município de Marialva. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 354/2005, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, que institui o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual ao Centro Espírita Estrela da Caridade de Cornélio Procópio, com sede e foro no mesmo Município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 362/2005, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a “APDEERP - Associação dos Portadores de Deficiências da Escola Rocha Pombo”, com sede foro no Município de Pato Branco. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 012/2005, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores Deputados, mês de maio de 2005, Resolução nº 003/2004. PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1895, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 1915, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, com apoio do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1917 a 1920, 1949, 1950 e 1959 a 1961, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1937 e 1939, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1938, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1941 e 1943, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1942, 1951 e 1956, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1945, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1947, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1952, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1953, 1954 e 1055, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/2005.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 111/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 053 e 264/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 020, 027, 028 e 029/2005.

[illegible]

Editado e impresso na Gráfica da
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Julho/2005